



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 25 de Novembro de 2019

Agenda social aproxima Maia do ‘centro progressista’

Presidente da Câmara encampa pacote elaborado por parlamentares ligados a movimentos

Por Andrea Jubé — De Brasília

Fiador da agenda de reformas e do ajuste fiscal, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), investe agora em uma pauta frequentemente associada à esquerda - o combate à pobreza e à desigualdade social. O recente lançamento da agenda social de desenvolvimento, na prática, o aproxima do centro, ao mesmo tempo em que faz aceno relevante aos parlamentares estreates, egressos dos movimentos de renovação política.

O pacote de propostas para a área social também afina o diálogo de Maia com o apresentador Luciano Huck, com quem o integrante do DEM se encontrou algumas vezes, e que tem sustentado em palestras pelo país que o ajuste fiscal, necessário ao desenvolvimento econômico, não pode vir dissociado do combate à desigualdade social.

“Cresceu entre congressistas a compreensão muito evidente de que só fazer reformas de cunho fiscal não



Maia: presidente da Câmara planeja continuar viajando pelo país, de olho em candidatura presidencial ou vaga de vice — Foto: André Coelho/Agência O Globo

resolve o problema do Brasil”, disse o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) ao Valor. Ele reconhece que o pacote é a primeira iniciativa legislativa de expressão, com efetivo potencial de aprovação no plenário, do grupo de parlamentares eleitos a partir dos movimentos de renovação política, apoiados por Luciano Huck.

O movimento de Maia rumo a um “centro progressista” ocorre a um ano das eleições e na metade do segundo mandato de presidente da Casa, com chances remotas de reeleição. A agenda social tem apelo eleitoral maior que a agenda econômica, baseada principalmente nas reformas da Previdência e do sistema tributário.

Há uma preocupação da cúpula do DEM com a expansão eleitoral da sigla, que perderá protagonismo quando encerrarem os mandatos de Maia e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), no início de 2021. Não há ambiente político para eventual emenda constitucional autorizando a reeleição dos dirigentes das Casas no meio da legislatura.

Sem o comando da Câmara, Maia tem planos de continuar viajando pelo país para viabilizar uma candidatura presidencial - com a qual ele flertou em 2018 - ou uma vaga de vice. Projeto amparado em sua interlocução com o mercado e no eventual legado da agenda social. Até lá, Maia tem mantido um canal de diálogo aberto com o PSDB do governador João Doria, com o PDT do presidenciável Ciro Gomes e até mesmo com o PSL de Luciano Bivar.

Em abril, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) alertou Maia que o governo do presidente Jair Bolsonaro era omissivo na área social e, diante dessa lacuna, caberia ao Congresso protagonizar o debate sobre o combate à desigualdade social numa realidade de 15 milhões de novos pobres e miseráveis a partir de 2014 - número equivalente a três





Dinamarcas -, 12,5 milhões de desempregados e a estratégia do governo de taxar os desempregados para gerar novas vagas de trabalho.

Então Maia encomendou a Tabata propostas para a área social. O presidente da Câmara liberou consultores de seu gabinete para atuar junto com os assessores do gabinete compartilhado dos parlamentares do movimento Acredito, grupo formado por Tabata, pelo senador Alessandro Vieira e pelo deputado Felipe Rigoni (PSB-ES).

Após quase oito meses de trabalho, o resultado é um pacote de projetos formado por uma proposta de emenda constitucional (PEC) que transforma o programa Bolsa Família em política de Estado e pelo menos sete projetos de lei. O primeiro PL, protocolado na semana passada, inclui 3,2 milhões de crianças na primeira infância ao Bolsa Família - é o único com impacto fiscal, estimado em R\$ 9 bilhões.

A pauta tem sintonia fina com o discurso político de Huck e de seu conselheiro econômico, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga. Ambos sustentam que não existe conflito entre crescimento econômico, distribuição de renda e proteção social.

Na incursão por Brasília há duas semanas, antes da finalização dos projetos, Huck se reuniu, separadamente, com Rodrigo Maia, e também com os parlamentares do Acredito: Tabata, Rigoni e Vieira. Questionado se Huck colaborou no projeto, Alessandro Vieira diz que foram discutidas apenas “superficialmente” com o apresentador, que desponta como presidenciável em 2022.

Por meio de sua assessoria, Huck disse que vê “com excelentes olhos o Congresso se movimentando no sentido de entender que não adianta fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. “Ou ele cresce alimentando a todos ou teremos a perpetuação da pobreza. E o Brasil irá mergulhar definitivamente no abismo social que nos divide”, disse o apresentador ao Valor. “De nada adianta um Estado eficiente se ele não for afetivo. Está claro que se não cuidarmos das nossas contas, não cuidaremos das nossas pessoas. A nossa responsabilidade é do tamanho dos nossos privilégios”, acrescentou.

Alessandro Vieira relata que antes do lançamento da agenda social, o trio fez reuniões com lideranças do PP, DEM, PSC, MDB, que se mostraram receptivos à ideia. Cada projeto será discutido em uma comissão especial a ser criada por Rodrigo Maia, e a meta é aprovar a maioria das propostas no primeiro

trimestre de 2020.

Nesta semana será protocolado o segundo lote de projetos da agenda social. Um deles contempla alterações na Lei do Jovem Aprendiz: o tempo que o aluno passa dentro da empresa, trabalhando, passaria a contar como crédito no ensino médio; e o limite de dois anos no contrato do jovem aprendiz deixaria de existir.

Um dos projetos em gestação, dentro do pilar de políticas para boa governança, propõe uma Lei de Responsabilidade Social, inspirada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000, um dos marcos da gestão de Fernando Henrique Cardoso. A LRF impôs o controle dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e municípios, condicionando-os às respectivas capacidades de arrecadação fiscal.

Em outra ponta, o marco da responsabilidade social buscaria premiar os municípios com boas práticas de gestão que tenham sido capazes de retirar pessoas da situação de pobreza, mesmo em tempos de crise. “Premiar quem conseguir gastar mais com o social, mesmo em tempos de crise, mas só se estiver com a tarefa de casa financeira em dia”, define o chefe do gabinete integrado e fundador do movimento Acredito, José Frederico Lyra Netto.

PACTO FEDERATIVO

Gestores da educação temem perder recursos para a saúde com nova PEC

PAULAFERREIRA
paula.ferreira@infoglobo.com.br
BRASÍLIA

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo, sugerida pelo Ministério da Economia, acirrou ainda mais os ânimos na área da educação, que tenta chegara uma solução para o redesenho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), principal fonte de financiamento da etapa básica do país.

Um dos pontos que gerou reação de gestores municipais e estaduais foi a definição de um mínimo constitucional conjunto para a Saúde e a Educação.

A avaliação é de que a medida vai acabar resultando na fuga de recursos públicos do setor educacional, já que os resultados na área demoram a aparecer. Somado a isso, agentes ligados à educação opinam que a proposta pode também resvalar na discussão da PEC do Fundeb, em debate na Câmara, tensionando ainda mais as negociações sobre a participação do governo no fundo.

A Constituição determina que estados e municípios gastem, no

mínimo, 25% de suas receitas arrecadadas em impostos com educação. Na saúde, o percentual deve ser 12% para estados e 15% para municípios. A ideia da PEC é ter um percentual único somado: 37%, no caso de estados, e 40% para municípios, que podem ser distribuídos de acordo com a avaliação do gestor.

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados de 2016 do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), mostra que 1.589 municípios (quase 30% do total) investiram até 26% das receitas na educação, próximo do limite constitucional. Na saúde, o número de cidades com gasto bem próximo do mínimo foi menor: 652 aplicaram até 16% na área. Segundo Cláudio Hamilton dos Santos, coordenador de Políticas Macroeconômicas do Ipea, os dados indicam que mais municípios têm problemas com educação do que com saúde:

—Estados e municípios que gastam próximo do mínimo constitucional serão muito afetados caso a medida seja aprovada. Por outro lado, ela pode ser importante para alguns outros municípios, mas tem impacto limitado caso não se mexa no Fundeb. Se mexer, a União terá que entrar com mais recursos para manter o quadro redistributivo.

Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

(Undime), Luiz Miguel Martins Garcia afirma que a proposta é acompanhada com apreensão pelos secretários de educação:

— A junção dos mínimos nos preocupa muito porque acaba colocando uma questão estratégica, que é a educação, para concorrer com a questão emergencial, que é a saúde. É muito difícil encontrar um município que tem gasto de apenas 15% com saúde, e isso vai levar a uma disputa por recursos complementares.

Atualmente, de cada R\$100 em receitas, o estado e o município devem aplicar no mínimo R\$25 em educação e, desses, R\$20 na educação básica via Fundeb. Parte dos impostos arrecadados por estados e municípios é depositada no fundo e redistribuída entre os entes federativos de acordo com o número de alunos.

A União complementa em até 10% os valores do Fundeb para repassar a estados e municípios que não conseguem atingir um valor mínimo por estudante. Os parâmetros do fundo estão em discussão na Câmara e devem ser aprovados ainda neste ano, já que a vigência dele termina em 2020.

Em texto preliminar, a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da proposta, sugeriu uma complementação de até 40% em dez anos. O valor gerou reação do governo, que considera o índice inviável e propôs 15% em até 15 anos.





RESISTÊNCIA

Após a apresentação da PEC do Pacto Federativo, as frentes parlamentares da Educação, da qual a deputada faz parte, e da Saúde se posicionaram contra a medida.

—Não acho que isso piore o debate sobre o Fundeb, mas esse tema da desvinculação é muito ruim. Com o desafio que temos de melhorarmos duas áreas, nas quais não estamos bem, a desvinculação não cabe—defendeu Dorinha.

Nos bastidores, parlamentares apostam que a proposta do Ministério da Economia para os mínimos sofrerá forte resistência no Congresso mesmo entre parlamentares da base.

Vice-líder do governo, o senador Izalci Lucas (PSDBPR), que também é relator setorial da área de educação no Orçamento de 2020, diz que não aprova a medida:

—Essa briga não me agrada. A

saúde está péssima. Ao mesmo tempo, não podemos matar em termos educacionais a nova geração que chega.

A tramitação do Fundeb também não será fácil caso não seja atingido um meio termo entre a proposta dos 15% do governo e dos 40% da relatora. Em conversas com parlamentares, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já teria deixado claro que nem pautará a discussão na Casa se o percentual não for reduzido.

“Uma questão estratégica, que é a educação, passa a concorrer com uma emergencial, a saúde”

Luiz Garcia, da Undime, sobre a junção dos gastos mínimos

“A desvinculação não cabe com o desafio que temos de melhorar as duas áreas, nas quais não estamos bem”

Professora Dorinha (DEM-TO), relatora da proposta do Fundeb

Quem vigiará os professores?

ANTÔNIO GOIS

Na semana passada, a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, anunciou, junto com Abraham Weintraub (Educação), os planos do governo federal de criar um canal para denunciar professores que atentassem contra “a moral, a religião e a ética da família”. Ainda não há detalhes sobre como funcionaria, mas já é possível antever sérios questionamentos a respeito da legalidade da iniciativa, visto que 99% das escolas de educação básica são administradas por municípios, Estados ou pela iniciativa privada (que, pela lei, são fiscalizadas pelas autoridades estaduais).

Além da questão legal, cabe a pergunta de quem analisaria, de forma objetiva, o que seria um atentado contra a moral ou ética. Damares, só para lembrar, é aquela ministra que, em seus tempos de pastora, afirmou que na Holanda especialistas “ensinam que o menino deve ser masturbado com sete meses de idade” e que “menina precisa ser manipulada desde cedo para que tenha prazer na fase adulta”.

A ministra também já afirmou que escolas do Nordeste estavam distribuindo manuais de bruxaria

para crianças de seis anos de idade, e que havia no Brasil muitos hotéis fazenda de fachada, onde “turistas iriam para transar com animais”. Se os burocratas a serem designados para analisar as denúncias contra professores forem adeptos do mesmo grau de realismo mágico da ministra, as reuniões se assemelharão mais a Tribunais da Inquisição da Idade Média do que a qualquer juízo razoável em pleno século XXI.

Na mesma coletiva em que foi citado o canal, Weintraub afirmou que escolas que não promovessem um ambiente “adequado” poderiam ser punidas com menos repasses federais, e ainda que Estados e municípios têm a obrigação de “prover um ambiente construtivo para as crianças”.

Resta saber o que o ministro — que na semana passada apareceu numa entrevista acusando universidades federais de terem “plantações extensivas de maconha” e de fabricarem em seus laboratórios drogas sintéticas — define como adequado e construtivo.

Imaginem — apenas imaginem — se um professor, do alto de sua autoridade, respondesse a crítica de

uma aluna no Twitter xingando sua mãe de “égua sarnenta e desdentada”. Ou que se referisse, em mídias sociais ou em eventos oficiais da escola, a opositores políticos e chefes de estado estrangeiros como canalhas, vagabundos ou cretinos.

Descartando fatores externos à escola, uma das variáveis de maior impacto no desempenho dos alunos é o clima escolar. Ele é construído através de diálogo pautado por relações de confiança e pelo estabelecimento de laços positivos entre alunos, professores e famílias. Instaurar um canal de denúncias vindo de Brasília em nada contribui para esse objetivo.

Ter um clima escolar positivo não é garantia de que não existirão conflitos ou discordâncias motivadas por visões de mundo distintas. Mas, quando eles surgem, há maior chance de superá-los de modo civilizado e respeitoso. Algo que, infelizmente, anda muito em falta em nosso ambiente político.

Uma das variáveis de maior impacto no desempenho dos alunos é o clima escolar. Ele é construído através de diálogo

Macarthismo escolar

Dameres e Weintraub ameaçam liberdade de ensino com corte de verbas a redes públicas

O Estado é laico, mas... Numa democracia plena e numa nação republicana, não caberiam reticências nem subordinação nesse axioma. O Estado é laico. Ponto.

Não para Dameres Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que agora se associa ao não menos controverso titular da pasta da Educação, Abraham Weintraub, para criar uma atmosfera policialesca em todas as salas de aula do país.

“O Estado é laico, mas eu sou terrivelmente cristã”, repetiu Dameres na quarta-feira (20), ao anunciar com Weintraub mais um passo na cruzada contra a liberdade de cátedra. Ambos negam que a central de denúncias de sua ideiação, inspirada no movimento Escola sem Partido, tenha por alvo constranger educadores.

Sempre haverá casos, aqui e ali, de professores a abusar da autoridade de que são revestidos para doutrinar crianças e jovens. Não há dados confiáveis, entretanto, sobre a real incidência desses desvios, ainda que a dupla ministerial se contente com vídeos e denúncias a viralizar nas redes sociais.

Sim, alunos e pais têm direito a ver respeitadas suas convicções religiosas em sala de aula. O princípio não lhes dá autoridade, contudo, para exigir que o professor ensine explicações criacionistas sobre a origem da vida e da espécie humana em pé de igualdade com a teoria

da evolução por seleção natural, consagrada pela ciência.

Equiparar ambas as explanações implicaria desrespeitar estudantes. Eles também têm direito a uma formação intelectual que os habilite a atuar em esferas sociais mais amplas que as de igrejas e seitas.

Esse é apenas um exemplo das distorções que fatalmente ocorrerão caso vingue o tal canal de delação. Weintraub e Dameres usam bullying, automutilação e abusos sexuais como álibi, mas parece mais provável que ele sirva de recurso para proscrever temas como violência policial, feminismo, homofobia ou educação sexual.

Eventuais atritos e conflitos que surjam na escola com a necessária abordagem pedagógica de assuntos polêmicos na sociedade devem ser debatidos ali mesmo, no estabelecimento. Com a participação dos próprios alunos e, até, da comunidade de pais, mas não para calar e reprimir mestres e diretores.

A vocação autoritária de Dameres e Weintraub fica mais evidente na proposta de desconsiderar autoridades educacionais de estados e municípios ameaçando-as com cortes de verbas federais caso não intervenham nos colégios denunciados para impor o que, do Planalto, se enxerga como linha justa.

Valores particulares ou religiosos não têm cabimento no ensino público, muito menos para policiá-lo.

O Estado é laico. Ponto.

Casos de drogas citados por Weintraub não têm elo com universidades federais

Episódios em MG e DF não corroboram acusação de ministro sobre produção extensiva de drogas

Danielle Brant e Natália Cancian

BRASÍLIA Em seu mais recente ataque à autonomia das universidades federais, o ministro Abraham Weintraub (Educação) afirmou na semana passada que as instituições de ensino estariam abrindo "extensivas plantações de maconha" em suas áreas. Como prova, divulgou em suas redes sociais duas notícias que, checadas pela *Folha*, não autorizam, nem de longe, uma conclusão como a manifestada pelo titular da pasta.

As notícias veiculadas por Weintraub são de 2017 e de maio de ano, e citam a UnB (Universidade de Brasília) e a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

A primeira foi usada pelo ministro para defender que há plantações extensivas de maconha em algumas universidades federais brasileiras. As declarações foram dadas pelo titular da Educação em entrevista ao *Jornal da Cidade*, na qual Weintraub afirmou haver doutrinação nos centros de ensino alimentada pelo que chama de falácia de que as universidades precisariam de autonomia.

"Você tem plantações extensivas de maconha, e não três pés de maconha, mas plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja, para não

ter agroindústria no Brasil, e para a maconha deles querem tudo que é tecnologia à disposição", disse na entrevista.

Para comprovar sua afirmação, o ministro compartilhou em suas redes sociais, na sexta (22), um vídeo sobre uma operação que terminou com três estudantes detidos — dois deles, da UnB.

A reportagem, de abril de 2017, afirmava que as plantas haviam sido encontradas em terreno pertencente à universidade. À respeito da atuação dos estudantes, o delegado responsável, Rodrigo Bonach, dizia na ocasião ser preciso determinar se a maconha era para consumo pessoal ou se seria vendida para terceiros.

A investigação, não citada pelo ministro, mostrou posteriormente que a plantação não estava em área da universidade. Os jovens também não foram condenados por tráfico de drogas.

Foram abertos três processos por posse, plantio e oferta de droga para consumo comum e sem objetivo de lucro, em dependências de estabelecimento de ensino.

O Ministério Público ofereceu aos dois estudantes da UnB acordo por constatar que as infrações tinham pequeno potencial ofensivo. Um deles teve o processo de consumo extinto por falta de provas.

Em nota, a UnB ressaltou que o local em que ocorreu a apreensão de maconha não pertence à universidade e que



Tuíte do ministro Abraham Weintraub sobre apreensão de pés de maconha na Universidade de Brasília Reprodução/Twitter

“

O fato [a acusação] é ainda mais grave quando ocorre de forma recorrente e por parte de um gestor público cujo papel é o de promover a educação

Universidade de Brasília

não houve confirmação na Justiça de autoria de crime pelos estudantes.

"A administração repudia veementemente a associação equivocada da imagem da universidade a práticas ilícitas. O fato é ainda mais grave quando ocorre de maneira recorrente e por parte de um gestor público cujo papel é o de promover a educação, em seus diversos níveis", afirmou a instituição.

Na mesma sexta, Weintraub divulgou outra notícia, sobre drogas sintéticas supostamente produzidas na UFMG.

A reportagem, de maio deste ano, trazia uma investiga-





ção da Polícia Civil sobre estudantes que usariam insumos da instituição de ensino para fabricar e vender drogas.

A decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de outubro, deixa claro que os três condenados não tinham vínculo formal com a instituição e que não havia provas de que a direção da faculdade tivesse sido comunicada da ocorrência — embora, conforme o entendimento do juiz Thiago Colnago, da 3ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte, fosse pouco provável que os servidores públicos da UFMG não tivessem desconfiado do que ocorria nas dependências da universidade.

Procurada, a UFMG não respondeu ao pedido de comentário feito pela reportagem.

A *Folha* também enviou neste domingo (24) questionamentos ao ministro, solicitando que Weintraub informasse quais dados usou para embasar sua declaração sobre plantio extensivo de maconha em universidades. Não houve resposta até a conclusão da reportagem.

As declarações de Weintraub foram rebatidas por diversas entidades ligadas à área acadêmica. A Andifes (associação dos dirigentes das instituições federais de ensino superior) divulgou nota em que afirma que o ministro “parece nutrir ódio pelas universidades federais brasileiras”.

A associação acusa o ministro de ofender a comunidade

acadêmica e ignorar o dispositivo constitucional que garante autonomia às universidades, o que constituiria crime de responsabilidade.

Afirma ainda que o ministro ultrapassou os limites da ética pública ao fazer acusações para detratar as universidades federais perante a opinião pública, comparando-as a organizações criminosas.

A Andifes diz que tomará providências jurídicas para apurar eventual crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação.

Já a Sociedade Brasileira de Química repudiou veementemente a declaração do ministro de que em unidades de química das universidades ocorrera o desenvolvimento de “laboratórios de droga sintética, metanfetamina”.

“Tal declaração, entre outras, demonstra um completo desconhecimento, da parte do sr. ministro, da realidade dos departamentos e institutos de química das universidades públicas brasileiras, principalmente das universidades federais, onde a maioria da ciência de ponta realizada nesse país vem sendo conduzida”, diz.

“É absolutamente estarrecedor e incompreensível a sequência de ataques que o sr. ministro vem proferindo contra as universidades federais, usando de dados infundados ou algum problema pontual, numa tentativa aparentemente premeditada de macular a imagem de nossas universidades”, completa.

Ministro diz que ministério deveria ser “do ensino”

Dizer que as universidades públicas estariam abrigando plantações de maconha não foi o único ataque do ministro Abraham Weintraub nesta semana.

Em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*, Weintraub afirmou que, nos centros de ensino, foi criada “uma máquina, um mecanismo, a serviço de movimentos políticos”.

Na entrevista, o ministro volta a criticar o educador Paulo Freire, a quem se referiu como “vodu”, e diz que o MEC deveria ser o ministério do ensino, e não o da educação: “Quem educa é o pai, a mãe, o tio, o avô. É alguém. A gente ensina a ler e escrever”.

Na entrevista, acusou jornais, entre eles a *Folha*, de ter “engajamento abjeto”.

Nesse contexto, fez uma afirmação falsa sobre a cobertura jornalística acerca de sua frase de que o Brasil ficaria em último lugar na América Latina no Pisa. “A manchete que sai na imprensa será ‘ministro Abraham colocará o Brasil em último lugar na América do Sul’. Mentira.”

A *Folha* noticiou exatamente o que Weintraub disse no evento. O título da reportagem é “Ministro da Educação diz que Brasil ficará em último lugar da América Latina em avaliação internacional”.

Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC

Paulo Saldaña

BRASÍLIA A Comissão de Ética Pública da Presidência da República vai apurar a nomeação, no Ministério da Educação, de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior.

O ministro Abraham Weintraub nomeou, no dia 8 de novembro, Kathleen Ferrabotti Matos para a Diretoria de Supervisão da Seres (Secretaria de Regulação do Ensino Superior) do MEC.

A subpasta é alvo de assédio do setor privado por cuidar, por exemplo, de autorizações para novos cursos.

A advogada aparece como parte em processos recentes

envolvendo, entre outras, a Anhanguera, empresa da Kroton, um dos maiores grupos de educação privada do país. Por isso, o PSOL ingressou com uma representação na comissão.

O documento aponta potencial conflito de interesses.

"A nomeação efetivada pelo ministro de Estado da Educação não está em sintonia com os padrões éticos, morais e socialmente aceitáveis, uma vez que proporciona uma potencial captura do órgão regulador pelo ente regulado, em claro prejuízo para o interesse público", diz o texto, emitido no último dia 12.

A influência do setor privado de ensino superior no

MEC foi fortalecida depois que Weintraub assumiu a pasta.

Um de seus principais assessores, Sergio Henrique Cabral Sant'Ana, era associado a um dos importantes escritórios de advocacia que defende os interesses do setor, o Covac, onde Kathleen Matos já atuou.

Sant'Ana goza de prestígio no MEC e chega a representar o ministro em encontros importantes, como no CNE (Conselho Nacional de Educação).

A recente saída de Ataíde Alves do comando da Seres teve influência dele, conforme fontes informaram à **Folha** —o andamento dos processos comandados por Alves desagradou o setor.





A Folha revelou neste domingo (24) que uma decisão atípica da Capes, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O empresário tem sido ouvido para a definição de uma autorregulação do ensino superior.

Foi dele a ideia do programa, lançado em 6 de novembro, que aumenta a nota da avaliação de faculdades que atendam alunos de educação básica.

Em nota, o presidente da comissão de ética, Paulo Hen-

rique dos Santos Lucon, afirma que os processos tramitam de modo reservado até a conclusão.

“Em relação à autoridade, há uma denúncia, que terá regular tramitação tal como ocorre com todas as demais”, diz ele.

A comissão já analisa outra representação contra Weintraub, depois que ele publicou em sua conta pessoal no Twitter em junho uma mensagem na qual associava os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do PT) a drogas apreendidas em um avião do governo durante passagem pela Espanha com um militar, que foi preso.

Nomeações atendem requisitos técnicos e legais, diz MEC

OUTRO LADO

O MEC defendeu em nota que a nomeação da advogada Kathleen Ferrabotti Matos foi realizada em atendimento aos requisitos técnicos-legais para o cargo na Diretoria de Supervisão da Seres.

“Em especial, a de possuir experiência profissional em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função”, diz o texto.

Fuvest tem prova tradicional e falha em reconhecimento facial

Questões multidisciplinares e pela 1ª vez coloridas chamaram a atenção; gabarito sai às 9h da manhã desta segunda (25)

Matheus Moreira
SÃO PAULO

Os candidatos que fizeram a prova da Fuvest neste domingo (24) em busca de uma vaga na Universidade de São Paulo encontraram um exame tradicional, mas com algumas pequenas novidades.

O destaque desta edição foram as questões interdisciplinares. Perguntas que abordavam matemática e inglês ou química e geografia cobravam dos alunos um bom conhecimento do conteúdo programático dessas matérias.

De acordo com o gerente de inteligência educacional do Poliedro, Fernando da Espiritu Santo, que fez a prova junto com os mais de 129 mil candidatos, a maior dificuldade do exame pode ter sido língua portuguesa devido a maior quantidade de questões em comparação com outras disciplinas.

A seu ver, a carga de leitura, tanto do enunciados quanto das obras obrigatórias, fizeram da prova de

língua portuguesa deste ano um dos principais desafios para os candidatos.

Em compensação, a temida matemática exigiu menos exceções e mais conteúdos básicos, segundo ele.

"Matemática não foi tão complexa quanto se espera. Abordou todos os conteúdos programáticos, mas de uma maneira mais fácil para os estudantes. Sem cobrar o que chamamos de notas de rodapé, as exceções à regra. A prova cobrou o arroz com feijão da disciplina: funções, geometria, conhecimentos básicos", diz.

Este ano também foi marcado pela primeira prova em cores, mas o exame não foi completamente colorido.

"Algumas questões, se não fossem coloridas, não teria sido possível compreender. Havia uma questão de política agrária que sem as cores não seria possível entender o gráfico", afirmou o professor.

Para Espiritu Santo a prova foi, no geral, tranquila e com cobranças já esperadas.

Algumas questões abordaram

temas polêmicos quentes, como o desmatamento e queimadas na Amazônia.

De acordo com Daily de Matos Oliveira, coordenador de história do curso Objetivo, a prova deste ano tentou se aproximar da realidade atual da sociedade brasileira.

"Caíram temas que têm muita a ver com questões atuais, como terra plana, em duas questões, e fake news. Não chega a ser uma questão de atualidade, mas se o aluno souber interpretar o que está acontecendo, isso pode ajudar", afirma.

Oliveira concorda com Espiritu Santo que a prova de matemática foi básica. Ele acrescenta ainda que biologia também cobrou conceitos elementares.

Em história, entretanto, o coordenador aponta que faltaram conteúdos que normalmente caem na Fuvest, como o Brasil imperial (1822-1889), o que surpreendeu professores ouvidos pela Folha que dizem ter preparado seus alunos para temas tradicionais.

Nem todas as novidades deste ano, porém, emplacaram. Espiritu Santo conta que na sala onde fez o exame o sistema de reconhecimento





facial, usado pela primeira vez, não funcionou como deveria.

"Na minha sala, o equipamento apresentou falha. O fiscal precisou trazer um novo tablet. No fim da prova, um outro fiscal voltou e disse que precisaria fazer o reconhecimento de todos mais uma vez", afirma.

Em nota, a Fuvest se reservou a dizer que "todos os candidatos foram devidamente identificados por meio do sistema de identificação facial".

Ainda de acordo com a fundação, o número de abstenções deste ano foi de 7,9% —inferior a do ano passado, quando chegou a 8,1%.

A cidade de São Paulo teve 8% de abstenção. A prova foi aplicada em 88 locais em 35 cidades brasileiras.

Mais de 129 mil candidatos se inscreveram para prestar o exame este ano, 12.129 como "treineiros". Para 2020, a Universidade de São Paulo oferece 11.147 vagas.

O gabarito oficial da prova será divulgado nesta segunda-feira (25) às 9h. Já a lista de aprovados na primeira fase sairá no próximo dia 9 de dezembro.

A valorização dos professores e a melhora da aprendizagem

Rossieli Soares da Silva

Educação se faz com pessoas, e o professor é o ator mais nobre de uma sociedade. Ser professor é transformador.

No Plano Estratégico 2019-2022 da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Seduc) temos um foco essencial, nesta gestão do governador João Doria, que é valorizar o professor e melhorar a aprendizagem dos nossas mais de 3,5 milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam nas 5.100 escolas estaduais paulistas.

Um dos projetos prioritários deste plano é o “Profissionais da Educação para o Século 21”, que tem o olhar atento a oferecer condições justas para que os nossos professores sejam valorizados e reconhecidos, com boa formação continuada e apoio efetivo para o desenvolvimento de seu trabalho.

Em uma pesquisa recente com a resposta de 35 mil professores da rede estadual, 76% deles apontaram que não estão satisfeitos com o salário inicial e 61% responderam que não estão contentes com os critérios de evolução do modelo atual da carreira. Isso demonstra o quão importante é olharmos para todos esses desafios.

Com base neste tipo de escuta, em estudos e evidências de experiências que deram certo no Brasil e internacionalmente, apresentamos no dia 13 deste mês a reestruturação da carreira do professor da rede estadual paulista.

Trata-se de uma modernização arrojada, cuja principal mudança é que, a partir de 2022, o salário inicial no regime de 40 horas semanais será de R\$ 4.000 —o que representa um aumento de 54,7% sobre o valor pago hoje, de R\$ 2.585.

Será o maior crescimento do salário inicial da história de São Paulo.

Com um salário de R\$ 4.000, os professores de São Paulo receberão mais do que 92% dos brasileiros e mais do 89% dos paulistas. É mais do que justo que o profissional que é o vetor da transformação do ensino seja bem remunerado.

E, já em 2020, um professor com a mesma carga horária terá salário inicial de R\$ 3.500, um aumento de 35,4% em relação à remuneração atual.

Salários iniciais competitivos, conforme estudos e experiências demonstram, são essenciais para a atratividade da carreira.

Cada vez mais os nossos melhores estudantes que estão concluindo o ensino médio precisam dizer: “Eu quero ser professor, eu quero cursar uma faculdade para me tornar professor e transformar vidas!”.

No topo da carreira, o professor poderá chegar a um salário de R\$ 11 mil. Os docentes com mestrado e doutorado serão ainda mais valorizados, com acréscimo salarial de 5% e 10%, respectivamente.

E se o professor é uma peça chave para a transformação da educação, o diretor é uma liderança primordial para que a escola consiga avançar na aprendizagem dos estudantes. Na proposta, vamos instituir a gratificação variável para os diretores de acordo com a complexidade das escolas em que atuam.

A proposta será enviada à Assembleia Legislativa de São Paulo nos próximos dias, oportunidade para que seja discutida com toda a sociedade. Contamos com a mobilização e envolvimento de todos para darmos este passo fundamental pela valorização dos nossos professores.

Secretário de estado da Educação de São Paulo

Fuvest tem Amazônia e problemas sociais

*Felipe Resk
Giovanna Girardi
Isabela Palhares*

A primeira fase da Fuvest foi marcada ontem pela abordagem de problemas sociais da atualidade e pelo alto nível de exigência na área de Exatas. Entre os assuntos cobrados estavam as queimadas na Amazônia, o incêndio no Museu Nacional, no Rio, e a aproximação diplomática entre o Brasil e os EUA. Também chamou a atenção questões com teor interdisciplinar.

O exame da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) é a principal porta de entrada para a Universidade de São Paulo (USP). Neste ano, 129 mil candidatos se inscreveram para realizar a prova em 35 cidades em todo o País.

Segundo candidatos ouvidos pelo **Estado**, embora a prova não tenha feito citações diretas ao governo Jair Bolsonaro, foram abordados temas sensíveis ao Brasil neste ano. “Caíram mais questões envolvendo problemas sociais do Brasil do que em outros vestibulares, como o Enem, que foi muito neutro”, afirmou Isabelly Lira, de 17 anos, que tenta uma vaga em

Medicina Veterinária. A amiga Fernanda Marques, de 17 anos, que presta para Terapia Ocupacional, concordou: “A prova da Fuvest foi mais ‘posicionada’.”

Em Geografia, além das queimadas na Amazônia, foram abordados os conflitos na Síria e discutido o processo de gentrificação, a partir da experiência em Barcelona, na Espanha. A prova não abordou diretamente a crença do terraplanismo, mas trouxe em uma questão um mapa da Terra de 1545.

Já História cobrou o incêndio do Museu Nacional, que aconteceu em setembro de 2018 – o local abrigava o crânio de Luzia, o mais antigo fóssil das Américas. Outra questão que chamou atenção dos candidatos foi a que trouxe a letra de *Geração Coca-Cola*, de Renato Russo, para discutir a redemocratização nos anos 1980, as Diretas Já e o movimento estudantil.

Kaili Takamori, professora de História do Cursinho da Poli, destacou o fato de a prova ter trazido duas questões que abordaram o período da ditadura militar no País. “O assunto ficou fora do Enem, mas a Fuvest trouxe e com grande destaque. Isso é normal, afinal, todos os grandes vestibulares sempre



Expectativa. Candidatos res

abordam esse período. O choque foi não ter caído no Enem.”

Na avaliação do professor Fernando da Espírito Santo, gerente de Inteligência Educacional e Avaliações do cursinho Poliedro, a Fuvest se destacou por aprofundar o nível da interdisciplinaridade das questões.

Houve questão de Matemática misturada com Inglês, em que o aluno tinha de entender uma tirinha de Calvin & Haroldo na língua estrangeira para responder; de Geografia com





PRÓXIMAS DATAS

- **Hoje, às 9 horas**

Divulgação do gabarito oficial da primeira fase do vestibular

- **9/12**

Divulgação da lista de convocados e dos locais da segunda fase

- **5 e 6/1/20**

Provas da segunda fase

- **24/1/20**

Divulgação da primeira lista de aprovados no vestibular

- **25 a 28/1**

Período de matrícula virtual

- **31/1/20**

Divulgação da segunda lista de aprovados no vestibular

Química, em que o candidato precisava compreender relevo e altitude dos Andes para traduzir o contexto de processos químicos; e de Biologia com Geografia, que abordou o problema de superbactérias resistentes e o prejuízo em especial às populações mais carentes.

Para Gilberto Alvarez, diretor do Cursinho da Poli, o formato e as habilidades cobradas na prova têm deixado mais explícito o tipo de alunos que a USP quer em seus cursos de graduação. “Ter uma questão de Matemática com um enunciado em Inglês não é apenas para ter interdisciplinaridade na prova. É uma demonstração de que o idioma é obrigatório para quem vai ingressar na universidade.”

O professor de Química Bruno Valle, do cursinho Objetivo, afirmou que as questões adotaram cenários pouco triviais dos usados em sala de aula. Uma questão, por exemplo, abordava a forma de fazer substâncias com o manejo de átomos com laser. “Isso não é óbvio, mas um aluno com bom conhecimento do conteúdo fundamental de química conseguia responder.”





Enem. Santo acredita que assim como o Enem vai em direção à Fuvest, também ocorre o contrário. “A Fuvest continua sendo um vestibular mais tradicional, mas cobrou que o aluno saiba e entenda o conteúdo de um modo mais abrangente, não apenas como decoreba”, disse o professor, que também destacou que, em algumas questões de Exatas, era preciso dominar vários assuntos de uma mesma disciplina para acertar a pergunta.

Para o professor de Geografia Eduardo Britto, do Objetivo, chamou a atenção o uso, pela primeira vez, de cores na prova. “Para a Geografia, o recurso foi maravilhoso, porque permite explorar a interpretação, por exemplo, em mapas e gráficos.” Ele também destacou a interdisciplinaridade na questão que abordou a Amazônia. “Ela caiu na parte de Biologia, mas para respondê-la o aluno também precisa de conhecimento de Geografia.”

DESIGUALDADE »

Pouco mais de 1% do PIB chega aos mais pobres

Brasil destina 18,5% da riqueza a políticas e serviços de proteção social, mas gastos com programa de transferência de renda para a camada mais vulnerável são insuficientes para reduzir a desigualdade. Especialistas apontam a expansão do Bolsa Família como saída

CLÁUDIA DIANNI

Nas últimas semanas, vários estudos divulgados revelaram o aumento e a extensão da pobreza no Brasil (ver arte), que fomentaram discussões sobre a desigualdade estrutural no país. Na terça-feira passada, a Câmara dos Deputados entrou no debate quando o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) anunciou que vai começar a tramitar projetos para um pacote social. No Brasil, os gastos com proteção social, incluindo serviços públicos, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), aumentaram de 15,5% em 1995 para 18,5%, (último dado disponível), de acordo com o Relatório Global de Proteção Mundial da Organização Mundial do Trabalho (OIT). Mesmo assim, o país amarga a nona posição entre os mais desiguais do mundo, de acordo com a Oxfam.

O dinheiro fica nos andares de cima da pirâmide social e quase não chega à base, afirmam especialistas ouvidos pelo Correio. Eles indicam

a expansão do programa Bolsa Família como o melhor caminho para enfrentar o problema; apontam o poder público como promotor da desigualdade, ao alocar recursos de maneira desigual; e veem espaço fiscal para mudar a realidade por meio do remanejamento de gastos e tributos.

“O Brasil transfere renda incrivelmente mal. O grosso está indo para a metade de cima, especialmente para os 10% do topo. Do total de transferências, o Bolsa Família representa apenas 0,44% do PIB e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), menos de 1%. Depois vem todo o resto, mas esses dois são as transferências que chegam aos mais pobres”, explica Sergei Soares, pesquisador do Ipea.

De acordo com estudo coordenado por Soares, em 2016 e 2017 a proteção social foi fundamental para evitar que os efeitos negativos da crise econômica aumentassem a desigualdade. A participação do salário na renda total da população caiu de 75,3% em 2016 para 74,5% em 2017. No entanto, os rendimentos oriundos de programas de proteção social – previdência, Bolsa Família, BPC e outras fontes, cresceram de 21,1% para 21,8% no período. O coeficiente de Gini apresentou uma queda marginal de 0,18 ponto entre 2016 e 2017: 0,541 para 0,539.

Soares explica que a leve oscilação ocorreu devido às mudanças na composição da renda total, que substituíram, em termos de participação, a do trabalho por outras. “O sistema de proteção foi fundamental para que não aumentasse ainda mais a profunda desigualdade, disse. Em outro estudo, ele propõe a fusão dos orçamentos do Bolsa Família, do Abono Salarial, do Salário-Família e da dedução por dependente para crianças no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), que somam R\$ 52 bilhões, recursos suficientes, para Soares, para formar um único programa mais concentrado com potencial de gerar maior impacto. Sem a pulverização dos programas, ele acredita que os benefícios cheguem a quem realmente precisa por meio de uma eficiente utilização do Cadastro Único para Programas Sociais.

Entusiasta do Bolsa Família, Pedro Ferreira Cavalcanti, da Fundação Getúlio Vargas, considera os programas de transferência de renda eficientes e baratos e defende gastar mais com eles do que com isenções fiscais. “O Bolsa Família não chega a 0,5% do PIB, enquanto os incentivos tributários somam 4% do PIB”, compara

Ele explica que a compensação da desigualdade pode ocorrer pela transferência direta de impostos cobrados dos mais ricos para os mais





pobres, via programas sociais, ou gastando mais com serviços utilizados pela classe desfavorecida. “O Brasil faz mal as duas coisas”, avalia. Para ele, um exemplo de desigualdade promovido pelo Estado é manter regimes tributários diferentes para contribuintes com o mesmo potencial contributivo.

Robin Hood às avessas

Recentemente, ao anunciar o Programa Verde e Amarelo, para geração de empregos para jovens, o governo foi na direção contrária da apontada pelos especialistas ao tributar em 7,5% quem recebe o salário desemprego como fonte de receita para oferecer desoneração ao empregador. “Não há evidência internacional de que esse tipo de incentivo tem impacto duradouro no emprego, e tirar de desempregado para transferir para o empregador, me parece um Robin Hood às avessas. Deve haver outras fontes menos regressivas” diz Cavalcanti.

“Temos outros exemplos, como a isenção tributária da Zona Franca de Manaus até o absurdo de descontar do Imposto de Renda o valor pago a empregados domésticos, subsidiando a vida boa da classe média. Aumentar o valor do Bolsa Família tem um impacto brutal na redução da pobreza. Se dobrasse o benefício, o impacto sobre as pessoas e a economia seria

muito grande com reflexo no consumo. Afinal, não é isso que a equipe econômica espera ao liberar saques do FGTS? Por que não aumentar o Bolsa Família?”.

Marcelo Neri, economista da FGV-Social, mostra esse impacto com números. “O Bolsa Família ajuda a girar as rodas da economia e não custa tanto. Aumentar o programa causa impacto econômico, porque os pobres consomem mais da renda do que outros setores da sociedade, portanto o efeito multiplicador é maior. Para cada real gasto com o Bolsa Família, o PIB cresce R\$ 1,78. No caso do BPC, o efeito é de cerca de R\$ 1,20, já com a Previdência, é de R\$ 0,53”, explica.

Sem reajuste, o valor unitário mensal pago pelo Bolsa Família, de R\$ 89,00, está abaixo da linha de extrema pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, de R\$ 145 per capita por mês. “A linha de extrema pobreza e de elegibilidade para o Bolsa Família tem que ser compatível. Atualmente o programa não reflete os indicadores de extrema pobreza, o que é prejudicial. É preciso reajustar os parâmetros”, afirma.

Do pacote com as propostas de combate à desigualdade e à pobreza, anunciado por Maia na terça-feira,

consta incluir o Bolsa Família na Constituição e garantir reajustes acima da inflação, além de uma modalidade específica do programa para crianças. O grupo que elaborou a proposta promete apresentar uma PEC na próxima semana com seis projetos de lei que incluem ainda políticas para água e saneamento.

“Colocar o Bolsa Família na Constituição é uma medida extrema, mas o Brasil tem várias coisas na Carta que não beneficiam os mais pobres, então, é importante proteger o Bolsa Família. Talvez fosse bom que nada estivesse na Constituição e que houvesse uma política de Estado que mantivesse o valor do programa”, diz Neri. Para Soares, o foco tem que ser a infância. “No Brasil, infância é igual a pobreza. Temos 53 milhões de crianças, 17 milhões não recebem nenhum benefício e, dessas, dois terços estão na metade de baixo da pirâmide e 50% são o público-alvo do Bolsa Família, que é um superprograma”, opina.

“O Bolsa Família ajuda a girar as rodas da economia e não custa tanto. Para cada real gasto com o programa, o PIB cresce R\$ 1,78. No caso do BPC, o efeito é de R\$ 1,20

Marcelo Neri, economista da FGV-Social





Para reduzir a pobreza

Bolsa Família e BPC são as principais políticas que alçam os mais vulneráveis e excluídos do mercado de trabalho, mas, somados a outras iniciativas para trabalhadores de baixa renda, gastos não chegam a 2% do PIB



PRINCIPAIS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL*

Política	Benefícios (milhões)	Valor (R\$ bilhões)	% PIB	Risco Social
Bolsa Família	43,300	20,05	0,44	pobres, crianças e adolescentes
BPC	4,549	54,47	0,84	idosos e deficientes
Abono Salarial	20,924	17,35	0,26	pobres/ baixo rendimento
Dedução IRPF (criança)	10,616	4,36	0,078	infância
Salário Família	5,259	2,0	0,03	pobreza e infância
Proteção Social	-	107,230	1,65	pobreza e infância

*dados de 2017 PIB de 2017: 6.559,90 (em trilhões)

QUEM E QUANTO RECEBEM?

Bolsa Família

R\$41, R\$ 48, quem tem renda per capita mensal até R\$ 178 ou R\$ 89,00 por pessoa, quem tem renda per capita mensal até R\$ 89

Benefício de Prestação Continuada

Um salário mínimo mensal a deficientes (valor proporcional ao grau de deficiência) e idosos acima de 65 anos com renda mensal até ¼ do salário mínimo

Abono Salarial

Um salário mínimo anual para quem ganha entre um e dois salários mínimos mensais

Dedução IRPF (crianças)

Valores variam de zero, renda inferior a R\$ 1.903,98 mensais, a R\$ 52,14 por mês, rendas tributáveis acima de R\$ 4.664,68 mensais.

Salário-Família

Faz parte dos benefícios do RGPS e é pago para trabalhadores do setor formal da economia, cujos rendimentos sejam de até R\$ 1.319,18, e com crianças de até 14 anos de idade incompletos. O valor do benefício é de R\$ 31,71/mês por criança. Ambos os pais têm direito ao benefício para a mesma criança, desde que atendam às exigências legais

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

OS NÚMEROS DA MISÉRIA

■ Em 2018, o Brasil registrou 13,5 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, ou seja, com menos de R\$ 145,00 por mês (IBGE)

■ Um em cada quatro brasileiros vivia com menos de R\$ 420 por mês em 2018 (IBGE)

■ Dos 43,4 milhões de chefes de domicílio, 26,6%, ou 11,5 milhões, ganham um salário mínimo ou menos (Consultoria IDados)

■ Em 2018, quase 104 milhões de brasileiros viviam, em média, com apenas 413 reais per capita (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua)

Novas diretrizes para a formação de professores

MOZART NEVES RAMOS

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em reunião do seu conselho pleno de novembro, aprovou por unanimidade as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica —da educação infantil ao ensino médio— e instituiu a Base Nacional Comum para essa formação (BNC-Formação).

Trata-se de um tema estratégico para a melhora da qualidade da educação básica no país, pois, dentre os vários fatores que podem contribuir para isso, a qualidade do professor, segundo pesquisas e estudos científicos, é o mais determinante.

Encontra-se, por sua vez, em processo de implementação em todas as escolas brasileiras a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece dez competências gerais que todos os estudantes da educação básica precisam desenvolver para que tenham assegurado o direito às aprendizagens essenciais para sua vida atual e futura. Mas, para que na prática isso aconteça, é imperativo inserir o tema da formação profissional para a

docência, a BNC-Formação, no contexto das mudanças que a implementação da BNCC desencadeia na educação básica.

Esse processo teve início com o encaminhamento feito pelo Ministério da Educação ao CNE, em dezembro de 2018, do documento intitulado “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica”, que definiu as competências profissionais docentes tendo por base três dimensões: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. E para cada uma dessas foi estabelecido um conjunto de competências específicas e suas correspondentes habilidades. No que concerne à formulação das novas DCNs da formação docente, a referência foi a resolução nº 2/2015 do próprio CNE. Um belo trabalho, que precisava ser revisto e atualizado para dialogar com a BNCC.

Ao longo deste ano, o CNE realizou diversas reuniões públicas com os diferentes atores da sociedade vinculados à área da educação —da educação básica ao ensino superior. Chegar a consensos num espectro de interesses tão amplo

não é tarefa simples. É natural que cada segmento queira ver, como resultado, os aspectos mais relevantes que acredita serem indispensáveis para melhorar a formação docente. E esse foi o maior desafio: como integrar o melhor de cada um para produzir um trabalho capaz de impulsionar a melhora desta formação em nosso país.

As matrizes de competências gerais e específicas e suas respectivas habilidades, originalmente encaminhadas pelo MEC, foram amplamente discutidas, de modo que pudessem assegurar ao futuro professor a capacidade de fazer com que seus estudantes desenvolvam as competências necessárias ao seu desenvolvimento pleno, conforme apregoa o artigo 205 da Constituição Federal.

O parecer e a resolução apontam estratégias para melhorar a relação entre a teoria e a prática da formação docente e entre as instituições formadoras e as redes de ensino.

A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por um docente da instituição formadora e por um professor experiente na escola na qual o





estudante a realiza para o melhor aproveitamento da união entre teoria e prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.

Para a oferta na modalidade EaD (ensino a distância), o componente prático de 400 horas, vinculado ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórios e integralmente realizados de maneira presencial. O esforço para assegurar a qualidade dessa formação, seja na modalidade presencial ou a distância, foi uma preocupação permanente.

Ambos, parecer e resolução, seguem agora para o MEC para a devida apreciação e análise, na perspectiva de sua homologação.

Mozart Neves Ramos

Membro e relator deste tema no CNE (Conselho Nacional de Educação), é diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna

Gasto de saúde sobe além do mínimo e ameaça verba municipal de educação

Angela Pinho
SÃO PAULO

Os gastos municipais em saúde superam por margem considerável o mínimo obrigatório por lei nas capitais do país. Já em educação, as despesas ficam muito próximas do piso determinado pela Constituição.

Para especialistas, o quadro sugere que o ensino público deve perder recursos para o SUS caso seja aprovado no Congresso o pacote de medidas econômicas proposto pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Atualmente, a legislação determina que municípios gastem 15% da receita em saúde e 25% em educação. No caso dos estados, 12% e 25%, respectivamente.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da gestão Bolsonaro prevê que estados e prefeituras possam deduzir da fatia da educação o valor que exceder o mínimo em saúde. Assim, a única

obrigação será que a destinação das duas áreas, em conjunto, some ao menos 40% no caso dos municípios e 37% no dos estados.

O governo argumenta que, dessa forma, o gestor terá maior flexibilidade para administrar o Orçamento de acordo com o perfil etário da população. A redação da PEC, porém, só permite que as despesas em saúde avancem sobre as da educação, não o contrário.

Para verificar como os municípios têm investido nos dois setores, a Folha mapeou as despesas das prefeituras das capitais do país em 2018 compiladas pelos sistemas de informação dos ministérios da Educação e da Saúde.

O resultado mostra que o gasto delas em saúde é, em média, de 21,6%, superando em mais de um terço o mínimo constitucional de 15%. Já em educação, o investimento médio é de 25,8%, perto do mínimo de 25%.

A carga do financiamento do SUS sobre os municípios tem aumentado nos últimos anos devido à queda na participação federal no setor e à pressão de fatores como o envelhecimento populacional e a judicialização de medicamentos e tratamentos médicos.

Em 2002, a União bancava 52% dos gastos do SUS, e os municípios, 26%. Em 2017, essa proporção passou a ser de 43% e 31%. Segundo o dado mais recente, também de 2017, a média de dispêndio em saúde de todos os municípios do país é de 24% da receita. Os números foram compilados nos sistemas orçamentários pelo Conasems (conselho dos secretários municipais do setor).

No caso da educação, não há um cálculo disponível para a média de todos os municípios.

Se a PEC de Guedes for aprovada, entidades e especialistas





em políticas públicas avaliam que a área deve perder recursos em grande parte por uma questão de apelo político: uma doença gera uma demanda urgente para a população; já uma formação educacional precária é um problema que não se sente de forma imediata.

“Educação gera menos voto porque tem efeito mais de médio e longo prazo. Já saúde tem uma percepção mais rápida. É basicamente uma escolha entre viver e estudar”, afirma o cientista político Fernando Abrucio, chefe do departamento de gestão pública da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Em sua avaliação, se a PEC for aprovada, os cortes deverão recair principalmente sobre despesas de custeio e investimento, usadas em ações como construção e reforma de escolas e distribuição de merenda e material escolar.

A consequência, diz, vai ser um aumento da desigualdade, uma vez que o Brasil é um dos países em que a formação tem maior peso na renda futura.

Procuradora do Ministério Público de Contas do estado de São Paulo, Élidea Graziane Pinto concorda e avalia que a medida não

necessariamente irá melhorar os serviços de saúde, já que prefeitos muitas vezes preferem gastar a verba em inaugurações de unidades de saúde, que geram foto, do que investir em estratégias notadamente eficazes como a de saúde da família.

Recentemente, estudo do Banco Mundial mostrou que mais da metade dos hospitais de do país têm menos de 50 leitos, quando o parâmetro de eficiência é de 250.

Mais grave ainda, afirma ela, será se o Congresso permitir a inclusão de servidores inativos no cômputo de gastos, como o relator da PEC, senador Marcio Bittar (MDB-AC), já anunciou que pretende fazer.

O expediente é usado por governos como os de São Paulo, sob gestão João Doria (PSDB), e prefeituras como as de Porto Alegre, gerida por Nelson Marchezan Jr (PSDB).

Esse é o principal fator pelo qual o Siope, sistema orçamentário do MEC, considera que a capital gaúcha não gasta o mínimo obrigatório na área.

Favorável à proposta de Guedes, o economista André Marques, coordenador do Centro de Gestão

e Políticas Públicas do Insper, também avalia que a medida, se aprovada, deve reduzir o investimento em educação.

“O fato de as capitais já gastarem um percentual muito próximo do mínimo mostra que elas estão gastando para cumprir o piso” diz.

Em sua opinião, porém, a perda de recursos não deve ter grande impacto porque o país tem cada vez menos crianças em idade escolar e porque há espaço para melhorar a eficiência de gestão na área.

Os gastos do Brasil em educação em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) são similares aos dos países desenvolvidos, em alguns casos até superiores. O valor por estudante, porém, não chega à metade. Na saúde, a disparidade é maior. O país despense no setor 3,9% do PIB, enquanto países com sistema universal como Canadá e Reino Unido superam os 7%.

A possibilidade de a transição demográfica amenizar o impacto da redução de recursos para ações educacionais é contestada por Abrucio. “A mudança demográfica acontece ao longo de vários anos, ao passo que uma mudança na Constituição tem impacto já no ano





seguinte”, diz.

Ele avalia também que o menor número de alunos poderia abrir espaço para o país recuperar o gasto em valores que estão defasados, como os dos salários dos professores.

Os vencimentos dos educadores brasileiros não chegam a metade dos pagos nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), segundo levantamento feito pela organização, que converte os valores para o mesmo poder de compra.

A PEC traz ainda incertezas sobre o Fundeb, fundo de financiamento do ensino básico que responde por 40% dos valores gastos na área e vence em 2020. Ele é composto por recursos federais, estaduais e municipais.

Essa é uma das preocupações da Undime, entidade dos secretários municipais de educação que ainda estuda a proposta, assim como o Conasems, dos titulares da saúde.

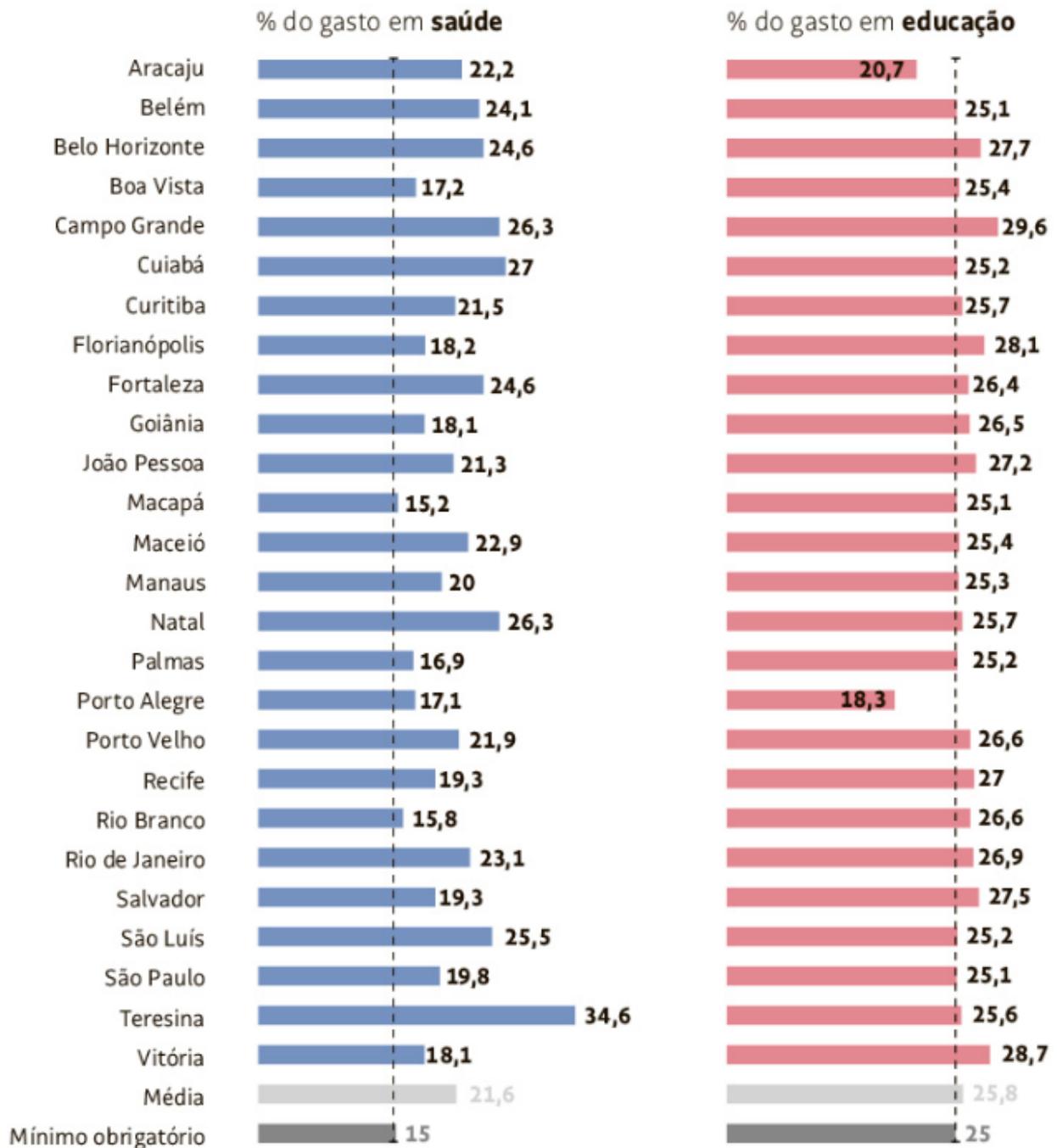
Diretor de estratégia política do movimento Todos pela Educação, João Marcelo Borges afirma que o Congresso deveria ao menos elaborar uma regra de transição, com prazo de carência, para que a mudança, se aprovada, não gere impacto imediato no planejamento das secretarias de educação. Ele lembrou também que o país ainda precisa aumentar a cobertura das matrículas no ensino médio e na creche.

Borges lamenta o que chama de oportunidade perdida. “O pacto federativo despreza a educação e, quando lembra dela, a põe em risco.”





Gastos de capitais do país em saúde superam piso; educação fica no limite



Capes ignora regra em caso de empresário ligado a Weintraub

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério da Educação, ignorou suas regras para aprovar um novo doutorado em uma universidade privada.

O órgão autorizou a abertura de pós-graduação em medicina veterinária na Unisa (Universidade de Santo Amaro), em São Paulo, apesar de a proposta ter sido alterada no meio do processo de análise, prática vetada por norma da própria Capes.

Um dos controladores da instituição, o empresário Antônio Veronezi, é ligado aos ministros Onyx Lonrezoni (Casa Civil) e Abraham Weintraub (Educação). Ele defende junto ao governo interesses do setor privado de ensino superior, apontado como prioridade pelo governo de Jair Bolsonaro.

O empresário foi recebido pelo presidente em março e teve

encontros com Onyx na Casa Civil fora da agenda, como em 4 de junho. Desde abril, ele foi recebido cinco vezes pelo ministro em seu gabinete e pelo menos dez vezes por secretários do MEC.

A liberação do curso de doutorado ocorreu em junho, após recurso ao presidente da Capes, Anderson Correia. Antes, avaliações feitas por outras duas instâncias do órgão haviam negado o pedido.

Esse recurso final é previsto pela Capes desde 2017, mas o projeto não pode ser alterado. Mudanças no meio do caminho ampararam, por exemplo, a desclassificação de outras propostas. A Capes e o empresário negam irregularidades no processo.

Universidades são obrigadas a ter quatro mestrados e dois doutorados, como prevê a resolução 3/2010 do CNE (Conselho Nacional de Educação). A Unisa só tinha um mestrado até essa decisão controversa.

A aprovação do doutorado se deu associada ao mestrado já existente em veterinária com nota 3, conceito mínimo exigido para o funcionamento. A escala da Capes vai até 7.

O mestrado passou a ter, com essa liberação, a nota ampliada para 4. Assim, a Unisa saiu do alvo de qualidade determinado pelo governo (a maioria dos cortes recentes de bolsas de pesquisa atingiu programas de nota 3).

A análise inicial da Capes entendeu que o projeto do doutorado não era inovador e dependia de docentes colaboradores. A proposta também não atendia à proporção mínima de 70% de professores permanentes.

No pedido de reconsideração, a Unisa alterou então a composição de docentes para se adequar.

Na segunda análise, o CTC (Conselho Técnico-Científico) da Capes ressaltou as falhas de concepção e o veto a atualizações.





Essa instância recomendou de novo o indeferimento, que foi questionado em novo recurso e, por fim, acabou revertido.

Em nota, a Capes defende que não houve alterações por parte da universidade, mas “esclarecimentos em relação às propostas do programa, como a possibilidade de exclusão de docentes em tempo parcial”.

A portaria 161 do órgão proíbe descaracterização do conteúdo original e faz apenas uma exceção para “casos de incorporação de documentos originários de diligência de visita”, que não foi o caso.

Alterações basearam a recusa, por exemplo, de iniciativas da USP e UFABC, cujas deliberações em 19 de junho, mesma data em que foi aprovado o da Unisa.

A criação de doutorados ligados a mestrados com nota mínima é tratada como exceção pela Capes. Casos como esse ocorreram, até a aprovação da Unisa, sete vezes desde 2017, mas sempre em decisões do CTC e não no último recurso.

Sem comentar o caso específico, o ex-presidente da Capes Abilio

Baeta Neves (1995-2002 e 2016-2019) explica que o recurso direcionado à presidência assegura às instituições uma análise em instância superior, mas alterações no projeto não são permitidas.

“O pedido de revisão deveria apontar equívocos ou no tratamento dos dados ou no cumprimento dos próprios termos estipulados no documento de área”, diz. “Desde o início sabe-se que não pode mudar o projeto, porque aí é outro pedido.”

Veronezi, da Unisa, diz que não tentou interferir no processo e que esteve na Capes, durante o período de análise apenas para expôr o novo bom momento da universidade –isso estaria sendo ignorado pelos avaliadores.

“Eu aproveitei que conhecia o Anderson [presidente da Capes], não tenho nenhuma outra relação com ele, disse para ele da dificuldade que estava havendo no curso de pós-graduação, que a reitora me disse que ia e voltava, ia e voltava. Falei: ‘Olha, Anderson, vai, passa lá e vê a realidade da instituição’”, disse ele, que relatou ter ido algumas vezes à Capes.

A convite, Anderson Correia visitou a universidade no dia 5 de

abril. Questionado sobre os encontros na Capes, o órgão informou inicialmente a ocorrência de uma reunião, em fevereiro. No dia seguinte, corrigiu a data para julho.

EMPRESÁRIO CIRCULA NO GOVERNO DESDE PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Antônio Veronezi tem estreita relação com Onyx Lorenzoni, que já o indicou a um prêmio na Câmara em 2017. O empresário tem trânsito livre no governo Jair Bolsonaro desde a transição, quando conheceu Weintraub e Correia.

Onyx o indicou, na transição, para influenciar a composição do MEC. Ele chegou a ser barrado em reunião onde estava o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Na ocasião, o atual ministro da Educação e seu irmão, Arthur Weintraub (assessor especial de Bolsonaro), entrevistaram pelo empresário. “Eles fizeram a apresentação pura e simplesmente porque eu era desconhecido”, diz Veronezi.

O empresário tem rede negócios que inclui o grupo General Shopping. No governo, ele atua como interlocutor de entidades representativas de empresas do





ensino superior.

Veronezi tem sido ouvido para a definição de autorregulação do ensino superior. Foi dele a ideia de programa que aumenta a nota de faculdades que atendam alunos de educação básica.

Ele ressaltou que outras tentativas de criar o doutorado foram recusadas injustamente. Negou ter feito pedidos aos ministros e disse ainda que a Unisa não teve benefício financeiro com a decisão.

A Capes disse que a comissão responsável pelo parecer final é escolhida com critérios definidos em portaria. A Folha conversou com um dos pareceristas, que negou ter recebido orientações. O MEC e Casa Civil não responderam aos questionamentos. A Unisa não se manifestou.

Exterminadores do futuro

De todas as áreas em que Jair Bolsonaro escolheu ministros a partir de critérios ideológicos, as que mais comprometem o presente e o futuro do Brasil são Educação e Meio Ambiente. Não à toa, a semana que passou foi tomada por mais demonstrações de incompetência e inadequação aos cargos por parte de Ricardo Salles e Abraham Weintraub.

Uma característica em comum norteia a atuação de ambos: eles nutrem profundo desprezo pelas áreas que comandam. No caso do titular do Meio Ambiente, ele considera sustentabilidade, preservação, mudança climática e outros temas concernentes à sua pasta bobagens, maquinacões da esquerda contra o desenvolvimento do País, agendas a serem superadas.

O problema de Weintraub é de outra natureza: vindo de uma carreira acadêmica apagada, sem nenhuma produção intelectual relevante, ele demonstra ter recalque da academia, dos intelectuais e pesquisadores, se julga perseguido pela universidade e adota, como ministro, um discurso revanchista. Em ambos os casos, ter pessoas com essas perspectivas a determinar políticas públicas é uma temeridade, e os resultados nefastos já se mostram. O desempenho de Salles em 11 meses é o desmonte da estrutura de fiscalização ambiental

no País. Deliberada. Em comum acordo com o presidente. Resultou no recorde de desmatamento em uma década e na lambança no combate ao inédito vazamento de óleo nas praias brasileiras.

E o recorde tende a não ser um ponto fora da curva, porque todas as deliberações do Ministério do Meio Ambiente vão na direção de aprofundar o afrouxamento das punições e limitações: o Ibama flexibilizou os critérios para multar serrarias que compram madeira ilegal, se estuda o fim da moratória da soja, projeto de lei que corre no Senado libera o plantio de cana na Amazônia, e o governo prepara medidas para permitir mineração em terras indígenas.

Weintraub se transformou no ministro da balbúrdia, como bem definiu Priscila Cruz, do Todos pela Educação, em artigo depois da mais nova diatribe do ministro, que deu uma entrevista delirante em que aponta a existência de grandes extensões de plantação de maconha em universidades federais.

Enquanto usa o Twitter para lacrar, ofender, bloquear e fazer guerra cultural, o País segue sem saber qual é a proposta do MEC para a substituição do Fundeb, a partir de 2021. As prioridades da pasta, em vez de temas centrais como este, são a perseguição a professores a partir de um canal de denúncias e a disseminação das escolas cívico-militares, cujos resultados acadêmicos são

questionados pelos especialistas.

Não se espera de um ministro do Meio Ambiente que seja um braço direito da Agricultura. Nem que o da Educação atue como um inimigo de professores, reitores e da comunidade educacional. Comandar áreas pressupõe, na gestão pública ou na iniciativa privada, compreender suas necessidades, liderar equipes a partir do compromisso com metas e defender os interesses do seu setor no conjunto da administração ou da empresa. Salles e Weintraub fazem justamente o contrário: tratam subordinados como conspiradores, sabotam os objetivos das próprias pastas e atuam como linhas auxiliares de outras áreas do governo, puxando o saco do presidente para se manterem nos cargos.

Nas duas áreas, há uma consolidada e pública série histórica de dados que permitirá aferir em tempo real o desastre de tanto chorume ideológico transformado em política de Estado. Neste momento, não adiantará a Bolsonaro terceirizar a responsabilidade para os auxiliares que escolheu e chancelou, como tem feito. A História carimbará em seu governo retrocessos em campos que impactam de forma brutal o futuro do País. A conta já começou a chegar.

Salles e Weintraub demonstram desprezo pelas áreas que comandam

A educação integral

LOURIVAL SANT'ANNA

A Escola Partakilat, no interior do Quênia, tem 70 alunas e 80 alunos. Desses, 48 meninas e 52 meninos moram na escola. Uma parte dessas garotas foi salva pela escola da mutilação genital, uma prática ilegal no Quênia e em outros países da África, mas que ainda é observada em muitas famílias, sobretudo na zona rural.

Situada na reserva Maasai Mara, a escola não tem dormitórios. As crianças passam a noite nas salas de aula – sete de alvenaria e três de adobe. As aulas começam às 8 horas e vão até as 12h40. Depois de uma pausa para o almoço, retomam às 14 horas e se encerram às 17 horas. As crianças internas tomam banho e, às 19 horas, vão fazer as tarefas.

Daniel Rokoi, diretor da escola, me disse que às vezes falta comida e precisa dispensar os alunos mais cedo. Os maasai são criadores de gado e de cabras. “Mas para um maasai vender um animal é como morrer”, observa Rokoi, explicando a dificuldade de conseguir doações das famílias.

Em meio a tanta precariedade, as crianças estão protegidas na escola. Aquelas que estão sob risco de serem mutiladas ou que foram abusadas sexualmente não voltam para casa. Essa experiência extrema me remeteu a tantas escolas que

conheci em lugares tão diferentes como o Afeganistão, a Geórgia e o Líbano em meio à guerra.

Acredito que essas crianças só foram acolhidas por causa de uma visão do papel da escola. Essa visão está intimamente associada à cultura do ensino integral. Fiz reportagens em mais de 70 países, e frequentemente visito escolas. Só neste ano, estive em escolas nas Coreias do Norte e do Sul, Etiópia, Zâmbia, Botsuana e Seychelles, além do Quênia.

Na outra ponta do estágio de desenvolvimento, estive em junho na Escola Média de Robótica de Seul. Lá as aulas vão das 8h20 às 16h10. Depois das aulas, os jovens continuam na escola, para atividades extracurriculares, como preparação para exames locais e nacionais que dão certificados e assim enriquecem os currículos.

Os alunos vão normalmente para casa às 19 horas. A não ser quando estão trabalhando em seus protótipos para competir nas diversas feiras de robótica. Aí ficam até 22 horas. Dos alunos (são 520 nos três anos), 98% arranjam emprego antes de se formar. Os que não moram em Seul ficam alojados na escola, e só voltam para casa nos fins de semana ou mesmo nas férias, no caso dos que têm casas mais

distantes.

Na maior parte dos países que eu conheço, o ensino integral é a regra; escolas de meio período são exceção. Na América do Sul, particularmente no Brasil, é o contrário.

Uma coisa que sempre me intrigou foi observar por que os brasileiros não aprendem inglês no curso regular na escola. Noutros países, o normal é as pessoas que cursaram o fundamental e o médio falarem inglês – com exceção de partes da Ásia. Mesmo em países africanos que não foram colonizados pela Inglaterra, e que adotaram mais recentemente o ensino do inglês nas escolas, como Marrocos, Líbia, Ruanda, Etiópia e Seychelles, os jovens são fluentes em inglês.

Olhando para a colocação do Brasil no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que no ano passado ficou em 63.º em ciências, leitura e matemática, de 70 países examinados, chego à conclusão de que não é só inglês. Os brasileiros não aprendem nada na escola. Mas normalmente a gente não testa os outros conhecimentos das pessoas. O inglês é só a face visível de um sistema disfuncional.





Estudo do Banco Mundial constatou que, em média, das supostas quatro horas diárias de aulas nas escolas brasileiras, apenas duas são efetivamente dedicadas ao ensino. Ou seja, o ensino no Brasil não é nem sequer de meio período. É metade disso.

Estudos do próprio Banco Mundial, até mesmo no Brasil, mostram que não basta ter ensino integral. Certamente não é uma condição suficiente. Mas deveria ser encarada como necessária.

Das quatro horas diárias de aulas em escolas do Brasil, só duas são dedicadas ao ensino

Leitura profunda e o Pisa

RENATA CAFARDO

A leitura não é mais como há 20 anos. E a maior avaliação de estudantes do mundo, o Pisa, mudou por causa disso. Os resultados que serão divulgados em 3 de dezembro das provas de leitura, feitas por quase meio milhão de adolescentes de 79 países, vão mostrar quem adquiriu as habilidades necessárias para ter sucesso no mundo de hoje, imerso na cultura digital.

Compreender e interpretar um texto não são mais suficientes para ser um bom leitor, deixa claro a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que realiza a prova. É preciso saber analisar e avaliar profundamente. Ter certeza sobre se o que está escrito é verdadeiro, quais as fontes, o que pretende o autor.

No entanto, ao mesmo tempo, há um paradoxo. Pesquisas científicas têm indicado que justamente o mundo digital está dificultando essa chamada leitura profunda. “O problema é que os ambientes contemporâneos nos bombardeiam constantemente com novos estímulos sensoriais”, escreve a neurocientista americana Maryanne Wolf, autora de *O Cérebro no Mundo Digital*, lançado há alguns meses no Brasil pela Editora Contexto. “Não vemos ou ouvimos com a mesma qualidade de atenção, porque vemos e ouvimos demais, nos acostumamos e pedimos mais.”

Pesquisas indicam que checamos

o celular entre 150 e 190 vezes por dia. No livro, ela conta que um experimento norueguês pediu que metade de um grupo de jovens lesse um conto no Kindle e outra metade, em um livro físico. O resultado mostrou que quem leu no papel reconstruiu melhor o enredo em ordem cronológica do que os leitores de tela. Mesmo assim, Maryanne afirma que “não está ainda esclarecido como tudo isso afeta a compreensão dos estudantes”.

O fato é que a leitura é algo aprendido pelo cérebro, não faz parte das suas capacidades originais. E é a qualidade dessa leitura ao longo da vida que permite formar circuitos cerebrais cada vez mais sofisticados. Fora a capacidade de analisar e fazer referências, uma das consequências mais belas da leitura profunda é a empatia. “O ato de assumir a perspectiva dos sentimentos dos outros é uma das contribuições mais profundas”, escreve. Isso se vê principalmente na leitura de ficção. “O que acontecerá aos jovens leitores que nunca encontram e entendem pensamentos e sentimentos de alguém totalmente diferente?”, questiona no livro.

O Pisa, em vez de oferecer um texto para cada pergunta, que não se relacionava com outros e que só tinha a função de fazer com que o estudante respondesse a questão, agora tem o que a OCDE chama de cenários. Vários textos – de literatura,

e-mails, blogs, inquéritos policiais, documentos históricos – com temática semelhante estão sendo usados como referência para muitas questões. Os alunos precisam pesquisar informações, relacionar conteúdos, identificar fontes e propósitos.

É difícil acreditar que os jovens brasileiros tenham se saído bem, na sua maioria, em tarefas elaboradas como essas.

Participaram da prova no Brasil 623 escolas, 525 delas públicas, em um total de 17 mil estudantes de 15 anos. Aqui, até a habilidade mais simples está distante da maioria. No ensino médio, só 27,5% sabem Português no nível considerado adequado.

Infelizmente, devemos continuar entre os últimos lugares do ranking mundial de leitura, como, apesar de alguma melhora, tem se repetido ao longo dos anos. Segundo nos lembra a própria OCDE, ler adequadamente é a base para uma participação plena na sociedade contemporânea. A leitura está associada a melhores condições de saúde e à emancipação do cidadão. Ainda, quem lê bem tem melhores empregos e uma atitude mais positiva em relação às instituições, o que o País tem precisado muito ultimamente.

Qualidade da leitura ao longo da vida permite formar circuitos cerebrais sofisticados

129 mil candidatos realizam hoje 1ª fase da Fuvest

Portões serão abertos às 12h30 e candidato deve levar caneta esferográfica azul; neste ano, aumentou número de inscritos no vestibular

Depois do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e dos vestibulares da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), chegou a hora da prova da Fuvest, vestibular que seleciona a maior parte dos estudantes para cursos de graduação na Universidade de São Paulo (USP). A primeira fase será aplicada hoje em 35 cidades.

O concorrido vestibular teve aumento no número de inscritos neste ano, que chegou a 129,1 mil. Descontando os “treineiros”, que fazem a prova apenas como teste, serão 117 mil candidatos para 11,1 mil vagas em 106 carreiras na graduação. Neste ano, os cursos com maior número de candidatos por vaga são: Medicina em São Paulo, com 129,46 inscritos por vaga, seguida de Medicina em Bauru, com 124,21, e Medicina de Ribeirão Preto, com 89,04. Já Psicologia aparece em quarto lugar, com 73,67, enquanto Relações Internacionais tem 58,6.

Os candidatos puderam optar por concorrer a vagas em três categorias, segundo explica a fundação: ampla concorrência (sem exigência de pré-requisito), ação afirmativa EP (vagas destinadas aos candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas brasileiras) ou ação afirmativa PPI (vagas destinadas aos candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas brasileiras).

Do total de 117 mil inscrições, 83 mil foram realizadas na modalidade ampla concorrência, 25,4 mil na modalidade ação afirmativa EP e 7,7 mil na modalidade ação afirmativa PPI.

Os portões dos locais de prova serão abertos hoje às 12h30 e fechados às 13 horas, a partir de quando terá início a prova. A saída será permitida a partir das 17 horas. Os candidatos devem levar um documento de identidade original com foto, além de caneta esferográfica azul.

É permitido o uso de lápis (ou lapiseira, para rascunho), borracha, apontador e régua transparente. Já relógios estão proibidos, assim como



Expectativa. Medicina é o curso mais concorrido

bonés, chapéus e óculos de sol. No local de prova, o celular deve ser desligado e colocado dentro de um envelope. Nesta edição, haverá o reconhecimento facial para identificação dos candidatos.

Segundo a organização, esse mecanismo aumenta o controle de segurança da prova.

Resultados. A prova será divulgada ainda hoje, a partir das 20h30. Já o gabarito oficial sai amanhã, às 9 horas, no site da Fuvest. Hoje, a partir das 20h30, os professores do cursinho e colégio Objetivo fazem a correção ao vivo das questões da primeira fase na página do Estado no Facebook. Os leitores podem participar enviando perguntas e comentários. Para os selecionados na primeira fase, a segunda fase será realizada nos dias 5 e 6 de janeiro.

Gente // Thiago Resende

Tradição e qualidade no ensino

“A Escola Canarinho nasceu do sonho de uma professora e de seu marido, Ivete de Azevedo Cianni e Humberto Cianni, que vieram transferidos para Brasília nos anos 1970”, conta o diretor executivo da instituição, Thiago Resende, 36 anos.

Nesta época, Solange, Denise e Simone auxiliavam os pais fundadores. Elas se formaram em pedagogia e puderam aplicar conhecimentos na própria instituição, até alcançarem maturidade para assumir a gestão, em meados dos anos 1990.

O diretor diz que, atualmente, os netos da precursora — Thiago, Carol e Humberto — também trabalham na escola. “A terceira geração é a responsável por dar continuidade à tradição d Canarinho: investir em educação, trabalhar valores e formar cidadãos”, explica.

No entanto, Thiago mostra preocupação com a entrada dos grandes conglomerados empresariais na educação básica,

uma vez que, na opinião do gestor, a atuação visa principalmente ao retorno do investimento aos seus acionistas, em vez da oferta de um ensino de melhor qualidade.

Para ele, há uma esperança de crescimento econômico para o Brasil no ano que vem. “A situação econômica tem afetado significativamente o mercado de ensino privado em Brasília nos últimos anos, com o fechamento de diversas escolas de tradição na cidade”, opina. “Com uma educação transformadora, profissionais altamente qualificados e ambiente familiar, na Escola Canarinho, a criança feliz descobre o mundo brincando”, finaliza.

O que desejava conquistar quando escolheu empreender?

Independência.

Que desafios enfrenta nos negócios?

Conciliar os interesses dos stakeholders, sejam internos, sejam externos.

A qual tarefa dedica a maior parte do tempo na gestão?

Planejamento.

Qual é o público-alvo do seu produto ou serviço e quais qualidades valoriza nos funcionários no momento de formar a equipe de trabalho?

Nosso público-alvo são as famílias que enxergam na Educação Infantil a importância para o pleno desenvolvimento de seus filhos. O colaborador ideal da Escola Canarinho, para qualquer cargo ou função, deve ser comprometido, proativo e criativo.

Como mantém o grupo motivado?

Reconhecendo-o, sempre com muito respeito, transparência e carinho, tanto para os elogios quanto para as críticas.

Como se prepara para evitar erros na operação?

Promovendo o trabalho em equipe, integrando a tecnologia às rotinas e realizando constantes capacitações profissionais e cursos de atualização.

A aula portuguesa

Enquanto Bolsonaro protela as transformações administrativas, europeus colhem resultados de mudanças no funcionalismo com promessa de déficit zero em 2020

Por Victor Irajá

Não há relato de brasileiro que se diga satisfeito com a qualidade do serviço público oferecido no país, tampouco de cidadãos contentes com o tamanho da conta que pagam pelo que recebem em troca. Nesse sentido, nada mais alvissareiro que as notícias a respeito do projeto de reforma administrativa a ser enviado ao Congresso, com a proposta de racionalizar e enxugar a burocracia brasileira. No entanto, o presidente Jair Bolsonaro tratou de baixar as expectativas com relação ao assunto. Indagado na segunda-feira 18 sobre a data em que finalmente apresentaria seu projeto ao Legislativo, depois de vários adiamentos, o presidente respondeu: “Para que tanta pressa? Não estou entendendo”.

Os números ajudam a compreender a urgência. Os gastos com o funcionalismo já superam 13% do PIB brasileiro — o equivalente a 927,8 bilhões de reais no ano passado —, e o retorno, sabe-se, não é dos melhores. Eis um problema percebido até mesmo por quem olha de fora. Um relatório do Banco Mundial abordou a draga das contas com os servidores públicos



e apresentou exemplos de reformas adotadas em outros países para mitigar tamanha ineficiência.

Portugal, aponta o documento, conseguiu sanar dívidas altíssimas por meio da determinação de combater os gastos com pessoal. Os resultados não foram imediatos, mas hoje são claros. Há dez anos, não era possível vislumbrar que o país se tornaria uma das nações europeias com as contas mais organizadas, com previsão de déficit zero para 2020, crescimento de 2,4% no ano passado e níveis de desemprego controlados.

A virada começou em 2004, quando o governo aprovou uma medida para reduzir em 25% o

número de cargos de chefia na administração pública. Dois anos depois, iniciou um processo para permitir que funcionários públicos fossem transferidos de órgãos do Executivo — a fim de evitar novas contratações —, além de determinar que o Estado só poderia abrir uma vaga a partir da aposentadoria de dois servidores.

No meio do processo, o país foi atropelado pela crise de 2008. O governo lusitano enfrentou protestos do funcionalismo, mas, em vez de reduzir o ritmo das reformas, aprofundou as mudanças. Sancionou um novo estatuto para os servidores, num projeto que equiparou o salário dos recém--admitidos aos pagos para a mesma função na iniciativa





privada. Além disso, unificou 17.715 carreiras em apenas três, estipulou a progressão e promoção por critérios de desempenho e facilitou a demissão de funcionários públicos. Oito anos depois, ainda sob pressão das contas que não fechavam, os governantes trabalharam para fundir juntas de freguesia — unidades da federação menores que o município — que não se pagavam. A reforma foi capitaneada pelo então ministro de Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas. “Temos o menor nível de dívida do século e os serviços públicos estão reforçados, o que quebra os mitos de que fazer reformas cria problemas às comunidades”, diz ele, que escreveu sobre a experiência no livro *O Outro Lado da Governança — A Reforma da Administração Local*. Desde então, o número de funcionários públicos caiu de 727.785 para 683.469. Parece pouco, mas a queda de 6% contrasta com o aumento de cerca de 4% durante o mesmo período no Brasil.

Aliada a políticas de austeridade, entre elas o aumento de impostos e o corte de benefícios como 13º e 14º salários para os servidores, a agenda de reformas permitiu a Portugal controlar seu déficit. Em 2014, o país deixou o programa de assistência concedido pelo triunvirato constituído pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Com isso, pôs fim a três anos de auxílio financeiro das instituições, que somaram 78 milhões de euros. Do outro lado do Atlântico, na terça 19, em resposta à declaração de Bolsonaro, o ministro da Economia brasileiro, Paulo Guedes, veio a público tentar acalmar os inconformados e dizer que tem, sim, pressa em apresentar sua proposta de reforma. Com isso, esclareceu que já passa da hora de o governo federal ajustar as velas e, à moda portuguesa, permitir que o Brasil volte a navegar.



A lição do zap



AUTOCRÍTICA Raquel e os filhos: condenada por tratar de política, agora ela só manda mensagens sobre a vida escolar

Por Maria Clara Vieira

Tudo começou com necessidades muito básicas: acertar uma carona para o filho, enviar um convite de aniversário, alinhar a logística de uma atividade extraclasse. E assim, como é tão comum nos conectados dias de hoje, nasceu o grupo de WhatsApp dos pais do 5º ano do ensino fundamental de um tradicional colégio de São Paulo. O clima seguia ameno até que uma mãe disparou: “Vamos lembrar de passar desodorante nas crianças”. E a temperatura subiu. “Pior que menino fedorento é menina com perfume barato”, outra respondeu, para depois ouvir: “Nem todo mundo é perua como você para comprar

perfume caro”. Aí o tempo fechou. Incomodadas com a artilharia, testemunhas do chat baixaram na diretoria, clamando por mediação. As duas mães foram chamadas para uma conversa, mas àquela altura já não dava para aparar as arestas. Houve troca de tapas, e a contenda foi parar na delegacia.

Extremo por seu desfecho, o caso ilustra o potencial explosivo do onipresente zap-zap na vida escolar. Ele vem chacoalhando a relação dos colégios com os pais em países asiáticos, como o Japão, e na Inglaterra, onde a Associação Nacional de Professores, inflamada pelos excessos, se manifestou contra o “abuso contínuo da internet” por parte das famílias. No Brasil, vice-campeão mundial em usuários de

WhatsApp, o aplicativo virou uma ferramenta inescapável, com a qual todos estão aprendendo (não sem sustos) a lidar. Sai muita faísca do turbilhão de mensagens e precioso tempo se esvai em meio a assuntos sem relevo, mas há um ângulo bom nisso tudo. “Nesta era de comunicação a jato, as escolas estão cada vez mais expostas e preocupadas em ser transparentes naquilo que entregam”, avalia Cesar Pazinato, diretor da bilíngue See-Saw, em São

Paulo. Resultado: elas sacodem velhos ritos para dar conta do escrutínio permanente. “Com tanta informação circulando, não dá mais para ter diretor amador”, diz Mozart Neves, à frente da área de inovação do Instituto Ayrton Senna.

Educadores ouvidos por VEJA contam que o esforço número 1 na era do WhatsApp é para criar um elo mais estreito com os pais, de modo que se evite a torrente de fake news (eles também usam a expressão) que inunda os grupos virtuais. “Recomendamos cuidado com a comunicação instantânea, muitas vezes tirada de contexto, e insistimos para que nos tragam os temas pertinentes à escola”, enfatiza Valdenice Minatel, diretora pedagógica do Colégio Dante





Alighieri, em São Paulo. Confiar unicamente no que aparece nos chats de papais e mães pode causar mal-entendidos de distintos calibres. “Uma vez, uma mãe avisou que o filho estava com intoxicação alimentar, outra disse que o mesmo tinha acontecido com o dela, e ninguém queria mandar as crianças para a aula. Falava-se em contaminação da água”, conta o técnico de informática Vahid Sherafat, pai de um dos alunos, que resolveu a questão à moda antiga: ligou para a escola e descobriu que não passava de boato.

Sherafat tirou daí a inspiração para criar o ClassApp, aplicativo que 600 escolas adotaram como canal oficial para sanar dúvidas e facilitar o diálogo com os pais. É parte de um novo mercado de aplicativos, que floresce na mesma velocidade com que os grupos de pais ganham voz. Presidente do Instituto iStart de Ética Digital, a advogada Patrícia Peck vem sendo acionada por colégios para repisar uma cartilha de boas práticas, repassada depois aos pais (veja abaixo). Ela cutuca um vespeiro. “Tem muito pai que usa o espaço para assumir responsabilidades que são do filho. É um erro”, afirma. Um segundo pecado de desdobramentos imprevisíveis é dar pitaco sobre política. “Fiz isso uma vez e até hoje tem gente que me olha torto”, diz a paulista Raquel Tápias, que, após uma autocrítica, se arrepende. Postando e aprendendo.



ETIQUETA NOTA 10

Boas notas dependem também de um ambiente saudável entre pais, alunos e escola. Algumas dicas para preservar a relação no WhatsApp



O grupo precisa ter regras claras. Exemplos: nada de piadas, nada de assuntos polêmicos



Extrapolar na defesa do filho pode trazer efeito inverso. Cada criança é responsável pela própria tarefa e por resolver seus conflitos



Se o professor mantém um grupo com a turma, não caia na tentação de entrar lá



A diretoria é o canal certo para esclarecer dúvidas e tratar de temas que digam respeito ao cotidiano da escola



A troca de mensagens, por ser mais impessoal, descamba facilmente em bate-boca. Quando os ânimos começam a se exaltar, é melhor transferir a conversa para o telefone



Pondere bem comentários e respostas. Tudo o que está no WhatsApp pode ser considerado prova em um possível processo

Escola compartilhada

FREI BETTO

Eis aqui um exemplo de Escola Compartida, democrática, oposta à proposta de Escola sem Partido.

Confirmada a vitória de Bolsonaro em 29 de outubro de 2018, estudantes de Porto Alegre, alunos de uma escola pública (Aplicação) e três particulares (Marista Rosário, Bom Conselho e Santa Inês) promoveram manifestações contrárias ao eleito. Exibiram faixas com as cores LGBT+ e bradaram: “Seremos resistência!”

No Marista, outro grupo revidou vestido de verde e amarelo, empunhando a bandeira do Brasil e gritando “Mito” e “Fora PT”.

Pais bolsonaristas protestaram junto à direção das escolas e exigiram a expulsão dos manifestantes insatisfeitos com o resultado da eleição. O Marista esclareceu que a manifestação “foi espontânea e voluntária” e defendeu a liberdade de expressão: “Salientamos a importância de diálogo para a discussão sobre a promoção e a defesa dos direitos, fortalecendo a nossa missão de formar cidadãos comprometidos com a promoção da vida e da cultura de paz”.

O Aplicação emitiu comunicado “em defesa da liberdade de expressão, e considera o ambiente escolar e universitário como um lugar plural, de discussão e pensamento crítico”. Os outros dois colégios se posicionaram na mesma linha,

ressaltando a isenção partidária.

O protesto dos jovens fez surgir, na capital gaúcha, a Associação Mães & Pais pela Democracia, suprapartidária, que acaba de lançar o livro “Educação com amor e liberdade —ensaios sobre maternidade, paternidade e política” (Tomo Editorial), organizado por Alin e Kerber, socióloga especialista em segurança pública.

Os depoimentos reunidos são impactantes pelo modo como mães e pais, todos profissionais liberais com graduação universitária, declaram que anseiam ver seus filhos, quando adultos, livres de preconceitos e atitudes discriminatórias. Descrevem o que significa ser pai e mãe nessa conjuntura na qual ainda vigoram o racismo, o trabalho infantil, a perseguição ideológica e as tentativas de impor nas escolas o pensamento único contrário aos direitos humanos.

O movimento Mães e Pais pela Democracia reage contra o espaço, às portas das escolas e digitais, defendendo medo, a educação acrílica, e até mesmo absurda, quando abraçam a hipótese de que “a Terra é plana”, e consideram a educação escolar mera mercadoria pela qual pagam e, portanto, se sentem no direito de tratar os professores como seus empregados.

Sublinha Diana Corso no prefácio, “como todos os ideais, a capacidade de ser democráticos se demonstra na prática: nossos filhos não se pau-

tampe loque dizemos, e lesse formam a partir do que observam que realmente fazemos”.

Na Escola Compartida ou Compartilhada, pais, professores, alunos e funcionários se empenham na formação, não apenas de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, de cidadãos dotados de consciência crítica e responsabilidade social.

O Brasil precisa exorcizar, urgentemente, sua herança escravagista, que faz o patrão se julgar dono do funcionário; o doutor se considerar melhor que o analfabeto; o político mirar os eleitores como mera massa de manobra. Não há ninguém mais culto do que outro. Existem culturas distintas e socialmente complementares. Ojuize mais culto do que a cozinheira pergunta: quem pode prescindir de aculturado outro? É um engodo confundir escolaridade com cultura. Grandes atrocidades foram cometidas por pós-doutorados, como as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki.

Sem base ética e liberdade de expressão, a educação se torna mero adestramento para fomentar, na expressão de La Boétie, a “servidão voluntária”, o que será agravado com essa nova medida do governo Bolsonaro de criar um canal para receber denúncias contra professores. Eis o Ministério da Deseducação.

A alma inteira num tuíte

Demétrio Magnoli

O problema de Weintraub não é Deodoro, mas a ruptura política que inaugurou a modernidade

Abraham Weintraub, o moleque malcriado da sexta série que ocupa a pasta da Educação, chamou a mãe de uma internauta de “égua sarnenta e desdentada”. Aqui e ali, pedem sua demissão, como se fosse possível, por essa via, lavar com sabão a boca do governo Bolsonaro. Esquece-se, no processo, a fonte da controvérsia e do insulto. O tuíte inicial do ministro, uma fâisca de nonsense antirrepublicano, ilumina a alma inteira do novo partido de Bolsonaro.

A peça acusa o “traidor” Deodoro da Fonseca de, pela Proclamação da República, entregar o Brasil “às famílias oligarcas que, além do poderio econômico, queriam a supremacia política”. Junto, a imagem de Deodoro ao lado da montagem fotográfica de um Lula na farda, na barba e no bigode do marechal.

Na superfície, é “guerra cultural” barata: uma operação de descontextualização histórica destinada a atacar a elite política (“famílias oligarcas”), associando-a ao lulismo, para promover a ideia de

um poder superior capaz de personificar a unidade da nação (Bolsonaro).

No fundo, é a exposição mais completa que um seguidor inculto de Olavo de Carvalho conseguiu produzir do ralo mingau filosófico do mestre. Trata-se, portanto, de uma imagem radiográfica das ideias que circulam no núcleo do bolsonarismo.

O contexto evita enganos. Lula, um dia, elogiou o “planejamento de longo prazo” do governo Geisel; Bolsonaro, todo dia, elogia a tortura do regime militar. Nenhum deles faz da ditadura militar sua referência política. O primeiro identifica-se com o nacionalismo estatista; o segundo exalta a violência e a aversão à democracia. O tuíte de Weintraub diz tudo. O inimigo ideológico de Bolsonaro é a República — não, precisamente, a república brasileira de 1889, mas o próprio conceito de República.

As repúblicas podem ser democráticas, oligárquicas, caudilhescas, autoritárias ou totalitárias. Mas no cerne do conceito está a ideia de soberania popular. A semente remota, cravada na fronteira entre história e mito, encontra-se no estabelecimento da República Romana (510 a.C.). As repúblicas

contemporâneas nasceram nos EUA (1776) e na França (1792). A lei geral, a igualdade perante a lei — eis o fundamento filosófico da República. É contra isso que se insurge a “filosofia” do Bruxo da Virgínia.

No rastro da Revolução Francesa, pensadores ultraconservadores deploraram o caráter “antinatural” da insurreição (Edmund Burke, 1791), a “abolição de todas as distinções e funções hereditárias” (Joseph De Maistre, 1796), a “degradação moral” derivada da “marcha combinada do ateísmo, do materialismo e do republicanismo” (Louis de Bonald, 1796).

A nostalgia das tradições antigas, das hierarquias petrificadas, da família patriarcal, de um mundo regido pela espada e pela cruz emergiu da turbulência revolucionária. O Bruxo da Virgínia goteja a água dessa poça nas línguas secas de seus alunos ignorantes.

Um artigo de Roberto Romano ajuda a entender as origens medievais da extrema direita. Nos delírios do núcleo bolsonarista, trata-se de restaurar uma ordem perdida, assentada numa escala de privilégios “naturais”, protegida pela palavra dos





sacerdotes (bispos) e pelos exércitos privados dos nobres (milícias).

O problema de Weintraub não é Deodoro, mas a ruptura política que inaugurou a modernidade. A República, cidade sem Deus, conduz a Lula — eis o que o ministro da falta de educação aprendeu com o mestre charlatão.

Lá atrás, o charlatão lançou um alerta sobre os generais de Bolsonaro, mirando a cartilha de Comte e Constant: “o problema é que o positivismo abre as portas para o comunismo”. Hoje, desse lado, ele não tem motivos para se preocupar. Nos 130 anos da República, os militares da Esplanada seguem fiéis a um presidente antirrepublicano pois esqueceram o que aprenderam e queimaram o que adoraram.

Demétrio Magnoli

Sociólogo, autor de “Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial”. É doutor em geografia humana pela USP.

Nas redes sociais, Weintraub mira PT, esquerda e imprensa

Chefe do MEC minimiza educação e amplifica celeumas no Twitter, seu canal favorito

“Meu twitter, minhas regras”, anuncia a conta do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em sua rede social predileta. Com base em suas publicações, a diretriz ali é clara: ataques ao PT, críticas à imprensa e arroubos ideológicos têm mais destaque do que seu tema de trabalho.

De certa forma, foi o Twitter que deu Weintraub à luz como pessoa pública. Foi nessa rede que seu nome foi anunciado como titular do Ministério da Educação, em 8 de abril, e foi essa rede que se tornou o principal canal de comunicação do ministro, como já ocorria com o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados.

Do chefe, Weintraub emulou o tom combativo, o mesmo dos Bolsonaros-filhos.

A Folha analisou 444 mensagens publicadas em sua conta desde quando tomou posse até as 10h de sexta (22), excluindo respostas a outros tuítes.

Quatro em cada dez mensagens



Abraham Weintraub discursa em evento conservador em São Paulo Bruno Santos - 12.out.19/Folhapress

trazem ataques, sejam ao PT (citado 41 vezes), sejam à esquerda, sejam à imprensa —a Folha foi criticada 11 vezes, e a Rede Globo, 29.

Em um terço das mensagens (147), o ministro trata apenas de educação, sem ataques ou rompantes ideológicos.

Sem experiência no debate de políticas públicas para sua área, Weintraub integra a ala mais ideológica da Esplanada, ao lado de Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores).

Quando questionado pela imprensa sobre o comportamento na rede, o ministro diz que a conta é pessoal e não reflete a posição do MEC —com a qual o tom adotado, não raro, se mostra incompatível.

No último dia 15, por exemplo, Weintraub produziu uma avalanche de publicações em defesa da monarquia, no dia em que se celebrava a Proclamação da República.

Após uma internauta dizer que ele, na monarquia, seria o bobo da corte, o ministro rebateu: “Prefiro cuidar





dos estúbulos, ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada da sua mãe”.

O post foi apagado.

Em entrevista na última terça (19), Weintraub minimizou o barulho nas redes sociais. “Em vez de perguntar disso [ações promovidas pelo MEC], pergunta de Twitter. Eu acho uma coisa pequena”, reclamou o ministro. Na ocasião, ele negou que deixaria o comando do ministério em razão da acidez de suas postagens.

Na batalha de tuítes, o ministro ganhou notoriedade ao publicar, em 3 de maio, um vídeo em que exibia o ombro para mostrar uma cicatriz da juventude. Foi a forma de justificar notas baixas no boletim da faculdade, divulgado por detratores em redes sociais.

No dia 30 ainda daquele mês, surgiu com guarda-chuva, dançando, para dizer que eram mentirosas as notícias sobre cortes na pasta. “Está chovendo fake news”, dizia.

Aludia a bloqueios que vão da creche à pós-graduação e ao fato de a pasta ter sofrido corte de R\$ 926 milhões. Os recursos bancaram emendas parlamentares negociadas na reforma da Previdência.

Hoje, o ministro que era desconhecido da população e do meio político até abril acumula 381,2 mil seguidores na rede.

Não sem um intenso trabalho de construção de sua persona pública ali, para a qual foi produzido um

logotipo com seu nome (a pasta informou que a marca foi produzida por um amigo) e que experimenta frequentes trocas de avatar (a imagem pessoal que acompanha a conta) conforme a onda do momento. E, claro, a beligerância crescente.

Em junho, até sobre a apreensão de drogas levadas por um militar em avião de comitiva presidencial ele opinou: “No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, escreveu. O tuíte rendeu procedimento na Comissão de Ética da Presidência.

Quatro publicações de agosto atacaram o presidente da França, Emmanuel Macron, que criticara as queimadas na Amazônia. “Ferro no cretino do Macrón [sic], não nos franceses”, escreveu sobre o líder francês, a quem chamou de “calhorda oportunista”.

Mesmo quando fala de educação, o tom se mantém. O educador Paulo Freire, intelectual brasileiro mais citado em pesquisas no exterior, já foi atacado 11 vezes.

No dia 17 de outubro, Weintraub escreveu: “Olhando pela janela, vejo a lápide da educação em frente ao MEC e penso: achava impossível, mas Paulo Freire visto do alto é ainda mais feio. Ao menos o MEC já está decorado para o Halloween (dia das bruxas)”.

A atitude de confronto não é espontânea. A interlocutores,

Weintraub expõe que, ao chegar ao cargo, decidiu agir como o oponente que está com a granada na mão, sem o pino.

A frase indica a tática de se posicionar sempre um tom acima diante de ataques e questionamentos. Ele também diz com orgulho que virou referência da nova direita.

Se a conta é pessoal, ela não deixa de pertencer a um homem público, aponta o cientista político Marco Antonio Carvalho Teixeira, professor FGV-SP. “Todo mundo espera de alguém que esteja no Ministério da Educação uma postura pública equivalente à função do ministério e uma linha de diálogo construtivo”, diz.

Para Teixeira, não há, desde a redemocratização, um ministro tão “enfático ou mesmo agressivo no uso de algumas palavras”, principalmente contra adversários.

Weintraub, que é professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), também mira as universidades federais. Em entrevista gravada, divulgada nesta semana, disse haver “plantações extensivas de maconha” e alegou que laboratórios de química seriam usados para fabricação de drogas sintéticas.

No início da noite desta sexta, voltou ao Twitter, citando dois casos específicos de operações policiais em duas universidades federais contra plantio de maconha e produção de drogas sintéticas.

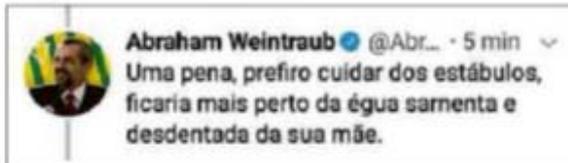




Os tuites de Abraham Weintraub

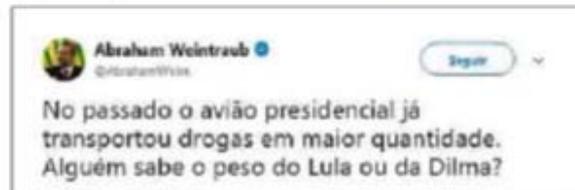
15.nov

Chama a mãe de uma internauta de 'égua sarnenta e desdentada'



27.jun

Compara Lula e Dilma a drogas; tweet provocou representação na Comissão de Ética da Presidência



17.out

Ataca Paulo Freire



30.mai

Fala sobre fake news com guarda-chuva



29.set

Compara cachorra com esquerdistas



3.mai

Mostra o ombro com cicatriz



O ministro da balbúrdia

PRISCILA CRUZ E JOÃO MARCELO BORGES

Em sua missão de defesa da qualidade da educação básica, o Todos Pela Educação fez duras críticas a gestões anteriores do Ministério da Educação (MEC), relativas à alocação dos recursos, modelagem das políticas, estratégia de implementação e, principalmente, resultados.

Entretanto, o atual ministro, Abraham Weintraub, ultrapassou os limites razoáveis, como não se viu antes.

A postura agressiva adotada nas redes sociais não só desonra a educação, apequena o Governo Federal e desrespeita todo o país, mas fundamentalmente impacta na atuação do ministério, pois gera compromissos com o discurso radical e impõe limitações graves à efetividade das ações para a melhoria da educação básica.

Às palavras, sua força e consequências. Por se tratar do ministro da Educação, essas consequências são graves demais. Há enorme impacto simbólico e também repercussão prática, dada sua função executiva, que deveria ser de referência como principal articulador das várias cadeias de implementação de políticas educacionais.

No Twitter, o ministro já sugeriu a um usuário que carregasse carvão para sua própria cremação, aplaudiu incitação à violência contra estudantes, ofendeu o presidente francês e chamou uma interlocutora de “filha da égua”.

Considerado um problema por muitos do próprio governo, em quase todos os partidos no Congresso Nacional e na comunidade educacional, Weintraub só anima os grupos radicais. Infelizmente, falta intenção de melhorar a educação, sobra intenção no extremismo.

Apesar de técnicos do MEC seguirem trabalhando pela continuidade de importantes políticas de gestões anteriores, como o apoio a estados e municípios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e para a expansão do ensino médio em tempo integral, o ministro da “balbúrdia” compromete esses esforços e não conduz uma agenda de reformas amplas e complexas.

Muito mais poderia ter sido feito se o ministro e sua equipe não gastassem grande parte do seu tempo nas novas iniciativas que terão pouco ou nenhum impacto positivo nos resultados educacionais.

Uma delas visa agradar ao presidente e a alguns de seus apoiadores (escolas cívico-militares), outra, o setor privado (“Educação na Prática”, que eleva artificialmente a avaliação das instituições de ensino superior em troca do seu espaço ocioso para a educação básica) e, mais recentemente, a perseguição a professores mascarada de proteção a estudantes.

Além disso, o MEC nem sequer definiu uma estratégia concreta para reverter o quadro atual em que 55% das crianças de 8 e 9 anos não estão plenamente alfabetizadas.

Da mesma forma, a pasta mal se envolveu nos debates na Câmara e no Senado sobre o Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, e segue a reboque do Ministério da Economia nas negociações com parlamentares.

Há muito a ser feito, não podemos mais perder tempo.

O Brasil nunca deu a devida prioridade à educação básica e, como resultado, as oportunidades que os brasileiros poderiam ter de uma vida melhor foram reduzidas, assim como a competitividade do país, e pioraram os índices de segurança pública — para citar alguns





efeitos.

Nosso patamar de exigência em relação ao ministro da Educação deveria ser o mesmo que adotamos para o ministro da Economia.

Entretanto, o titular do MEC não possui liderança técnica, política ou gerencial. Weintraub foi o único a ganhar com tudo isso: de desconhecido passou a figura nacional.

Quem perde somos todos nós e, como sempre, sobretudo as crianças e os jovens.

Priscila Cruz

Mestre em administração pública pela Harvard Kennedy School (EUA), é presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos Pela Educação

João Marcelo Borges é diretor de estratégia política do Todos Pela Educação

SP terá cursos de computação em nuvem da Amazon no ensino técnico

Igor Gielow

SAN FRANCISCO

A Amazon vai ofertar 12 cursos gratuitos de computação em nuvem na rede técnica estadual de São Paulo durante o ano que vem.

O convênio foi assinado nesta sexta (21) durante visita de comitiva do governador João Doria (PSDB) à sede da gigante americana, perto de San Francisco (EUA).

Logotipo da AWS, braço de computação em nuvem da Amazon, em evento em Santiago, no Chile

Logotipo da AWS, braço de computação em nuvem da Amazon, em evento em Santiago, no Chile - Ivan Alvarado - 5.set.18/Reuters

“Cerca de um terço das vagas no mercado de trabalho não são preenchidas por falta de qualificação”, disse a secretária Patrícia Ellen (Desenvolvimento Econômico).

Não haverá custo envolvido. Os cursos já existem em português, e estarão disponíveis virtualmente.

O serviço ficará a cargo da AWS, braço de computação em nuvem,

armazenamento, aprendizado de máquinas e outras tecnologias da empresa de varejo digital.

O governo paulista ainda deverá selecionar os alunos com perfil para receber o treinamento nas Fatecs (Faculdades Técnicas, 71 no estado) e Etecs (Escolas Técnicas, 212 unidades). Há 280 mil alunos no sistema.

Além desses estudantes, alunos da rede estadual de ensino médio que optarem por se matricular no programa de capacitação tecnológica Novotec terão acesso a esses conteúdos.

A AWS já é parceira do governo do estado no programa Minha Chance, tendo respondido a edital para o treinamento profissional de jovens.

Doria está na Califórnia para visitar empresas de alta tecnologia e audiovisual. Nesta sexta, se reuniu também com executivos da Apple.

O jornalista viaja a convite da CNI

Weintraub diz que faculdades plantam maconha

‘Não são três pés de maconha, são plantações extensivas’, afirmou o ministro a site; associações de reitores e pós-graduandos criticaram

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ao site Jornal da Cidade Online que há universidades federais com “plantações extensivas de maconha”, que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico. Ainda segundo ele, há laboratórios de química que estão “desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas” porque a polícia não pode entrar nos câmpus.

Entre suas publicações no Twitter ontem, Weintraub colocou uma reportagem do site R7, falando da prisão em maio de cinco pessoas no câmpus da UFMG em Belo Horizonte por tráfico e produção de drogas. “Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações

extensivas”, afirmou Weintraub ao Jornal da Cidade Online.

Também chamou as universidades de “madrassas de doutrinação”, em referência às escolas islâmicas. Desde que assumiu o cargo em abril, Weintraub protagoniza uma série de polêmicas com professores e alunos. Além de sucessivas acusações sobre “balbúrdia” e “doutrinação” nas faculdades, ele tem apontado suposto excesso de gastos nas instituições e foi alvo de protestos após bloquear verbas – o dinheiro só foi liberado meses depois.

Em nota, a Andifes, associação que reúne os reitores das federais, disse que as instituições são sempre “objeto dos ataques” e da “retórica agressiva” do ministro. Conforme a entidade, Weintraub “ultrapassa todas as fronteiras” com a declaração, “ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana”.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos disse que o titular do MEC “mente, acusa sem provas, desrespeita a universidade, a produção científica e a comunidade acadêmica”. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro negou os rumores de que planeja trocar o ministro.

Defesa e Educação têm maior reforço no caixa

Com desbloqueio de R\$ 13,9 bilhões do orçamento federal, ministérios ganharam fôlego financeiro para fechar o ano

Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Depois de passarem o ano no sufoco, os Ministérios da Defesa, Educação e Desenvolvimento Regional tiveram a maior liberação de recursos entre os ministérios neste fim de ano. Com o reforço no caixa após os leilões de petróleo, o governo anunciou, na semana passada, que descontingenciaria todo o Orçamento, liberando recursos para despesas até então congeladas.

No total, os órgãos tiveram R\$ 13,976 bilhões liberados. O governo publicou ontem um decreto detalhando as liberações. O Ministério da Defesa foi a pasta que recebeu o maior valor, com R\$ 3,473 bilhões. Para a Educação, foram R\$ 2,695 bilhões. Para o Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão. A Economia recebeu R\$ 1,365 bilhão, e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, R\$ 1,159 bilhão.

No apagar das luzes, porém, o

governo considera improvável que os novos recursos liberados sejam completamente gastos. Isso porque, em muitos casos, não há tempo hábil para a retomada de projetos parados ou para o empenho e execução dos pagamentos ainda neste ano.

Ao longo do ano, o governo foi “congelando” despesas para cumprir a meta fiscal. A medida foi necessária, principalmente, porque o Orçamento inicial foi construído com uma estimativa de crescimento maior do que a que foi se desenhando para 2019.

Com isso, o governo teve de contingenciar as verbas, como precaução para o caso de não ter receitas suficientes para bancá-las. Mais de R\$ 30 bilhões foram bloqueados, o que levou a situações emergenciais como suspensão de bolsas na Educação e corte até no cafézinho no Ministério da Economia.

A equipe econômica conseguiu liberar todos esses recursos à medida que as receitas tiveram desempenho acima do esperado. Para isso, contou com a ajuda do leilão de petróleo da cessão onerosa, que garantiu R\$ 23,7 bilhões para a União neste ano.

Espaço. Ontem, o Ministério da Economia divulgou ainda o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do 5.º bimestre, com uma reestimativa para as receitas do ano, cuja projeção aumentou R\$ 4,9 bilhões, e para as despesas, que caíram R\$ 4,5 bilhões.

Com isso, mesmo após o descontingenciamento total do Orçamento, há ainda um espaço adicional de R\$ 7,2 bilhões para o cumprimento da meta fiscal do ano, que ficará abaixo do déficit inicialmente estimado, de R\$ 139 bilhões.

● Desembolso

R\$ 3,47 bi

foi o valor destinado para o
Ministério da Defesa

R\$ 2,69 bi

foi quanto recebeu o Ministério
da Educação

R\$ 1,90 bi

foi para o Ministério do
Desenvolvimento Regional

E agora, ministro?

“Os últimos serão os primeiros”, diz um dito popular. Outro vai na mesma linha: “Devagar se vai ao longe”. Há também o que afirma que quem ri por último ri melhor. Esses provérbios nasceram na época do carro de boi. Na era da internet, a sabedoria por eles transmitida leva a outra conclusão.

Os últimos serão os últimos mesmo. Devagar se chega atrasado. Quem ri por último é retardado. A observação vem a propósito da declaração do ministro da Educação a respeito do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes — Pisa. Abraham Weintraub anunciou que o Brasil deve ocupar o último lugar da América do Sul.

Realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a prova avalia o desempenho de estudantes de até 15 anos em matemática, ciências e leitura. Na última edição, de 2016, 70 países participaram do certame. O Brasil ficou mal na foto. Em leitura, figurou na rabeira da lista. Em matemática e ciências, andou para trás.

Ao antecipar o resultado, cujo anúncio oficial virá nos próximos dias, Weintraub eximiu-se de responsabilidade. Atribuiu a culpa “aos 16 anos de governos petistas e de abordagens esquerdistas”. Decepcionou. Em nada ajuda falar em herança maldita diante de fatos que constroem o país.

Impõe-se olhar para frente e encontrar respostas contemporâneas para problemas antigos. Na década de 70, o Brasil universalizou o acesso à escola. A iniciativa veio tarde em relação ao resto do mundo. O passo

seguinte — universalizar o acesso ao conhecimento — entrou em compasso de espera.

Três desafios exigem respostas efetivas e urgentes. Um deles: promover a aprendizagem. Brasileirinhos vão à escola. Mas as salas de aula se revelam incompetentes para cumprir a tarefa que lhes cabe. Metade das crianças chegam analfabetas ao terceiro ano. A maior parte das demais deixam a desejar no tocante às competências delas exigidas.

O segundo embate se refere à conclusão das etapas escolares na idade certa. Ficar para trás desestimula, baixa a autoestima e leva à sucessão de fracassos. O terceiro, não menos importante, aponta para a evasão. Sobretudo no ensino médio, o abandono dos bancos colegiais contribui para engrossar as fileiras do crime. O futuro dos jovens fora do sistema, como eles mesmos dizem, começa com c — caixão ou cadeia.

Vale frisar a importância do professor no salto qualitativo por que o país tanto anseia. Mestres precisam estar motivados para abraçar a causa. A política denunciada com certeza não é a mais acertada para a hercúlea tarefa de sintonizar o Brasil com o século 21.

Não há necessidade de inventar a roda. Estados como Ceará, Pernambuco e Espírito Santo têm experiências exitosas nos ensinos fundamental e médio. Podem compartilhar o caminho trilhado com as demais unidades da Federação. A sociedade tem pressa. Os hoje excluídos do acesso ao conhecimento farão falta ao país que envelhece no pior dos mundos — pobre e carente de educação.

55 anos de protagonismo e alegria

» ARNALDO NISKIER
Presidente do CIEE/RJ

Quando o dinâmico Paulo Pimenta pensou numa lembrança que pudesse transmitir aos amigos do CIEE para comemorar os 55 anos de existência da entidade, colecionou uma série de palavras-símbolo, entre as quais podemos lembrar esforço, seriedade, coragem, transparência, fidelidade, harmonia, protagonismo, participação, alegria, força, dedicação, amor, carinho, sucesso, sinceridade, justiça, paz e progresso.

De fato, o CIEE/RJ tem 55 anos de grande êxito nas relações com os jovens do Rio de Janeiro. Nesse tempo, a instituição aprimorou os serviços prestados à nossa juventude, visando à qualificação e à promoção da integração ao mundo do trabalho, desenvolvendo ações que contribuem para a consequente ampliação de oportunidades profissionais e acesso à renda. Para que a nossa missão tenha o sucesso desejado, mantemos parcerias com 3.875 empresas e com quase todas as instituições de ensino do território fluminense. Aliás, o banco de dados do CIEE-RJ conta com mais 3.500 empresas cadastradas.

Fundado em 1º de outubro de 1964 por um grupo de empresários rotarianos, na sede da Associação Comercial e Industrial de São Cristóvão (Assinco), o CIEE/RJ

teve nesse local o primeiro endereço. Depois, mudou-se da pequena sala improvisada para a Rua Araújo Porto Alegre e, passados alguns anos, transferiu-se para a Avenida Gomes Freire. Quando completou 25 anos, em 1989, adquiriu a primeira sede, na Avenida Maracanã, no bairro da Tijuca, funcionando até 1994, quando finalmente se instalou na Rua da Constituição, no Centro do Rio, onde atualmente recebe e acolhe as demandas das empresas e dos estudantes. Hoje, tem vida esplendorosa, atendendo a mais de 45 mil estagiários e aprendizes, sempre de forma dedicada e competente. Prepara-se para um novo salto de qualidade, com a inauguração do seu edifício exclusivamente destinado à educação, na privilegiada localização da Rua do Sant'Anna, 165, também no Centro do Rio.

É um organismo social de ação auxiliar, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópico, uma entidade beneficente de assistência social, hoje considerada de utilidade pública nas esferas governamental federal, estadual e municipal, dada a relevância dos seus serviços à nossa juventude. Preocupado com os mais de 200 mil estudantes de ensino médio e superior inscritos no seu banco de dados, o CIEE/RJ reforça todos os anos as políticas de inclusão e busca, junto a organizações comprometidas com o exercício da responsabilidade social, como a

ExxonMobil, a Nestlé e a Fundação Roberto Marinho, o apoio necessário para a realização de programas que ajudem a colocar no mercado o grande contingente de profissionais.

Ao mesmo tempo, instituições e órgãos públicos acabam recorrendo aos nossos serviços para complementar os quadros. São exemplos: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Superintendência da Receita Federal do Brasil, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha, Escola Superior de Guerra, Defensoria Pública da União, Advocacia Geral da União, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas da União, Banco do Brasil e INSS. Também buscam estagiários em nosso banco de dados prefeituras, câmaras de vereadores e conselhos regionais das diferentes profissões.

O esforço do CIEE-RJ precisará ser redobrado, para que alguns números sejam revertidos. É o caso, por exemplo, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE, que tem apontado o aumento do número de jovens que não estudam nem trabalham (ou seja: não se qualificam). Acreditamos que a geração nem-nem precisa ser combatida com o oferecimento de cursos, palestras e oficinas de capacitação, que contribuem para a





profissionalização e a promoção da cidadania de adolescentes e jovens.

Além da cidade do Rio de Janeiro, o CIEE/RJ está presente em Barra Mansa, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio de Janeiro, Teresópolis e Três Rios, atendendo jovens de 95% do território fluminense. Em 2018, graças à mobilização de todo o quadro da instituição em suas diversas unidades, conseguimos promover o atendimento a 18.259 aprendizes e 29 mil estagiários. Além disso, os cursos de inclusão digital certificaram 3.500 jovens e promoveram a capacitação de 1.660 pessoas com mais de 40 anos, mostrando a importância das novas tecnologias no mundo corporativo. Em 2019, iremos fechar com números ainda mais robustos, para que o nosso compromisso com a empregabilidade e a inserção no mercado de trabalho de jovens e adolescentes seja plenamente atendido.

Falhas no ensino público

É preciso reconhecer que o modelo de escola pública no Brasil vem, ao longo das últimas décadas, num ciclo de mudança contínua, não em busca de um aperfeiçoamento para melhor se adequar à evolução natural da sociedade, mas, sobretudo, para atender as obrigações mínimas do Estado impostas compulsoriamente pela legislação.

Nesse ponto, não admira que a cada governo haja sempre movimentos tendendo a modificar as leis que versam sobre os deveres do Estado com a manutenção de escolas públicas. Além dessa descontinuidade, nociva para o processo ensino/aprendizagem, que é de longo prazo, o que se observa é o aumento no desinteresse dos governantes sobre um tema que parece não render resultados do tipo utilitarista e imediato, seja em popularidade, seja em produção de votos.

De fato, o Estado vem tirando o “corpo fora” dessa questão ao longo dos anos. Educadores, na sua grande maioria, reconhecem a falência progressiva do ensino estatal, ou mais precisamente das escolas públicas, ao empurrar o grosso das classes de maior renda para as escolas particulares, justamente aquela de maior expressão política que maior pressão sempre fez pela qualidade do ensino, retirou do governo o que parecia ser um ônus e obrigação aborrecida.

A migração maciça da classe média para longe das escolas do Estado abriu uma espécie de

oportunidade para que as autoridades lavassem as mãos sobre esse assunto. Hoje, não há como negar que o ensino público vive seu pior momento. Na verdade, é possível falar-se de um sucateamento das escolas e, sobretudo, do ensino público. A cada novo governo, anunciam-se reformas que se sabe limitadas a um horizonte de não mais de quatro anos.

Governos federal, estaduais e municipais não dão continuidade aos programas estabelecidos, preferindo criar seus próprios planos para o setor. Com isso, de ruptura em ruptura, o que se obtém é um modelo de ensino que frequentemente se mostra débil a cada exame de avaliação, seja nacional, seja internacional, como é o caso do Pisa, elaborado pela OCDE a cada três anos.

Como resultado dessa desigualdade que se observa na qualidade entre o ensino particular e o ensino público, é que as vagas nas universidades do Estado são majoritariamente ocupadas pelos alunos que tiveram sua formação em estabelecimentos privados. O mesmo acontece em concursos públicos, em que esses mesmos alunos se saem melhor. Dessa forma tem-se que as escolas públicas, por sua baixa qualidade, acabam por alimentar e induzir, de forma brutal, a desigualdade social no país, o que pode ser entendido também como um apartheid educacional.

Outro aspecto a reforçar esse descompromisso com algo tão fundamental pode ser notado com a progressiva desvalorização do professor como profissional. Para se ter uma ideia desse descaso com uma

categoria, que deveria ser essencial para o desenvolvimento do país, apenas o que muitos políticos ganham extraordinariamente a título de auxílio-alimentação supera muito o que recebe a maioria dos professores pelo Brasil.

Não surpreende que essa seja hoje uma das profissões com as menores procuras no mercado de trabalho por parte dos jovens. Para esse problema específico, a resposta mais imediata e também a que menos tem chance de ser aprovada pela classe política, é estabelecer os salários dos professores como o teto para o funcionalismo público. Mas esse é um sonho demasiado óbvio e distante para enxergado por nossas autoridades, mas que em países como o Japão é, em parte já, uma realidade.

Talvez isso explique, em parte, o sucesso daquele país. Infelizmente, já se sabe que não adianta incluir a prioridade absoluta da educação em nossa Carta Magna. A instabilidade jurídica que vivemos por conta de uma Corte Suprema movida a razões político-partidárias, pode facilmente mudar também esse entendimento. Por outro lado, é conhecida a má vontade dos políticos sobre temas dessa natureza. Com isso, parece caber, exclusivamente à sociedade, o trabalho de cobrar e pressionar para que os futuros eleitos tenham essa questão como prioridade.

Há, ainda, outros aspectos fundamentais que precisam ser postos em prática, como é caso da formação adequada de professores e outros trabalhadores da educação para que impeçam que nossas escolas funcionem como repartições públicas,





burocráticas e pouco eficientes e que esses estabelecimentos públicos não se transformem em redutos corporativos e guiados por facções político-partidárias, como vem acontecendo.

Ensinar aos alunos os fundamentos da ciência humana política é uma boa prática. O que não se pode permitir, de forma alguma, é que as escolas passem a ser usadas como palanques para pregações ideológicas ou que se transformem em puxadinhos de partidos políticos, como querem os sindicatos da categoria.

A frase que foi pronunciada

"Quando temos a oportunidade de nos reconhecermos e de nos valorizarmos, inclusive nas nossas diferenças, oferecemos ao mundo uma palavra de esperança capaz de animar e apoiar aqueles que são sempre prejudicados pela divisão."

Papa Francisco

História de Brasília

Os fiscais sanitários aprovados no concurso da prefeitura estão fazendo um movimento para que saíam logo suas nomeações, e alegam, para isto, o estado de sanidade da maioria dos bares da Capital. (Publicado em 06/12/1961)